

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO

LETÍCIA RODRIGUES DOS SANTOS

**Lápis, caderno, chiclete, pião: o status social da infância e da adoção tardia
no Brasil e a comunicação como dispositivo de transformação de realidades**

São Paulo

2019

LETÍCIA RODRIGUES DOS SANTOS

Lápis, caderno, chiclete, pião: o status social da infância e da adoção tardia no Brasil e a comunicação como dispositivo de transformação de realidades

Versão Corrigida

Monografia apresentada à Escola de Comunicações e Artes para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas

Área de concentração: Relações Públicas

Orientadora: Profa. Dra. Simone Alves de Carvalho

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo ou pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Santos, Letícia Rodrigues dos
Lápis, caderno, chiclete, pião: o status social da
infância e da adoção tardia no Brasil e a comunicação como
dispositivo de transformação de realidades / Letícia
Rodrigues dos Santos ; orientadora, Simone Alves de
Carvalho. -- São Paulo, 2019.
78 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Relações
Públicas, Propaganda e Turismo/Escola de Comunicações e
Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia
Versão corrigida

1. Adoção 2. Infância 3. Comunicação 4. Relações Públicas 5.
Educação I. Alves de Carvalho, Simone II. Título.

CDD 21.ed. - 659.2

À todas as crianças vítimas da violência sistêmica que assola o país e que foram retiradas do seu direito de infância e, por vezes, de vida. Vocês não serão esquecidas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à minha mãe, Claudia Ramos de Souza, que me inspira todos os dias a ser uma mulher forte e capaz de ultrapassar qualquer limite; que nunca poupou esforços para garantir o meu bem-estar e que também está em constante desenvolvimento.

Agradeço ao meu pai, Cleber Rodrigues dos Santos que, apesar da distância sempre me apoiou em cada decisão, por mais imatura que parecesse. Agradeço também por sempre me receber de braços abertos independente do momento e lugar.

Aos dois que me ensinaram que a educação é o único caminho possível para transformar as nossas vidas e daqueles ao nosso redor. E que sempre lutaram para garantir o meu acesso à uma educação de qualidade e capaz de me transformar. E, além de tudo isso, me deram os quatro presentes mais bonitos que já ganhei na vida: Thaís, Takeshiro, Francisco e Miguel.

Aos meus amigos, que estiveram ao meu lado para ouvir minhas dúvidas, ideias, angústias e conquistas. Que me ampararam e principalmente me fortaleceram em todos os momentos. Vocês são essenciais para o meu desenvolvimento. E aqui, um agradecimento especial ao Jeam Camilo, amigo que se tornou uma força necessária para a realização desse trabalho e minha chegada até aqui.

À minha orientadora, que abraçou o tema junto comigo e me acompanhou durante esse ano conturbado para o país e a população. E que, além disso, me inspira a ser uma profissional ética e consciente do meu papel social.

Agradeço à filosofia do sutra de lótus, que me fez olhar ao redor e para dentro de mim. E, principalmente, por reafirmar a importância da educação para a construção de uma sociedade justa.

Agradeço a Escola de Comunicações e Artes por ter me mostrado um novo olhar sobre o mundo, pelos amigos que me apresentou e por todos os professores que se fizeram presentes em minha jornada até aqui.

Por fim, agradeço a Universidade de São Paulo por ser um espaço de resistência. E luto para que suas portas sejam abertas para todos.

A educação liberta!

RESUMO

SANTOS, Letícia Rodrigues dos. 2019. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Este trabalho analisa aspectos da adoção tardia a partir de conceitos das áreas da sociologia, economia, história e comunicação, correlacionando o tema central à posição social da criança em determinados momentos históricos e atualmente; à instituição da adoção no Brasil e no mundo; aos atuais dados da educação brasileira; aos principais números do Cadastro Nacional da Adoção (CNA) e à capacidade da comunicação de influenciar a opinião pública. A análise destas questões são a base para a aplicação do Estudo de Casos realizado no capítulo final do trabalho, que busca problematizar e relacionar as campanhas “Adoção na Passarela” e “Adote um boanoite”, além de estabelecer qual poderia ser o papel das relações públicas na articulação de estratégias que visem o bem-estar e visibilidade das crianças maiores de 4 anos em abrigos.

Palavras chave: Adoção tardia. Comunicação. Opinião pública. Estudo de Casos. Relações Públicas.

ABSTRACT

This study analyzes aspects of late adoption based in concepts of sociology, economics, history and communication, correlating the central theme to the social position of the child in certain historical moments and nowadays; the institution of adoption in Brazil and worldwide; the current data of Brazilian education; the main numbers of the National Adoption Registry and the ability of communication to influence public opinion. The analysis of these questions is the basis for the application of the Case Study conducted in the final chapter of the study, which seeks to problematize and relate the campaigns “Adoption on the Catwalk” and “Adopt a Good Night”, besides establishing what could be the role of public relations in articulating strategies aimed at the well-being and visibility of children over 4 in shelters.

Keywords: Late adoption. Communication. Public opinion. Case Study. Public relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Crianças de 0 a 3 anos que frequentavam a escola no Brasil em 2017.....	25
Figura 2 - Taxa líquida de matrículas no Ensino Médio brasileiro entre 2017 e 2018.....	26
Figura 3 - Crianças cadastradas por raça/etnia.....	36
Figura 4 - Preferência dos pretendentes por raça/etnia.....	37
Figura 5 - Crianças com irmãos cadastrados no CNA.....	38
Figura 6 - Pretendentes que aceitam adotar irmãos.....	38
Figura 7 - Crianças cadastradas por idade.....	39
Figura 8 - Preferência dos pretendentes por idade.....	40
Figura 9 - Crianças cadastradas pelo sexo.....	41
Figura 10 - Preferência dos pretendentes pelo sexo.....	42
Figura 11 - Comentário sobre a campanha Adoção na Passarela.....	57
Figura 12 - Imagem de duas crianças desfilando no evento Adoção na Passarela...	60
Figura 13 - Imagem Campanha Adote um boa-noite.....	61
Figura 14 - Comentários sobre a campanha Adoção na Passarela.....	64
Figura 15 – Comentário Facebook sobre a campanha Adoção na Passarela.....	69

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DO INDIVIDUAL AO COLETIVO E O STATUS SOCIAL DAS CRIANÇAS.....	11
2.1 O indivíduo.....	11
2.2 A instituição familiar	13
2.3 Onde as crianças estiveram esse tempo todo?	19
3 HISTÓRICO DA ADOÇÃO E REFLEXÕES SOBRE O TEMA NO BRASIL	28
3.1 Resgate do papel da adoção na história	28
3.2 Adoção no Brasil	30
3.3 O abandono	34
3.4 Perfil das crianças e pretendentes cadastrados no CNA	36
4 A COMUNICAÇÃO COMO DISPOSITIVO TRANSFORMADOR DE REALIDADES.	45
4.1 Comunicação: convívio e mudanças sociais	45
4.2 Relações Públicas como instrumento de mudança social	46
4.3 Relações Públicas no campo da comunicação pública.....	49
4.4 Opinião pública: estereótipos e ferramenta de transformação	50
4.5 Relações Públicas e a Opinião Pública	53
5 COMUNICAÇÃO E OPINIÃO PÚBLICA EM CAMPANHAS DE ADOÇÃO NACIONAIS	56
5.1 Objetos de análise.....	56
5.1.1 Fantástico	58
5.1.2 Facebook.....	58
5.1.3 Post página BBC News Brasil	59
5.1.4 Adoção na Passarela	59
5.1.5 Adote um boa noite	60
5.2 Metodologia: Estudo de Casos	62
5.3 Estudo de Caso: aproximações e distanciamentos entre as campanhas Adoção na Passarela e Adote um boa-noite.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS.....	73

1 INTRODUÇÃO

A adoção é norteadada por estereótipos. É considerada como um ato de respeito por aqueles que veem de fora, mas, não é incomum estes mesmos observadores estranharem o fato de um filho não ter as mesmas características fenotípicas dos pais ou ser filho de duas pessoas do mesmo sexo. A adoção é um tipo de filiação legítimo e é um direito de toda criança que rompeu os vínculos com sua família biológica. Mas, se considerarmos o atual cenário da adoção no Brasil, notaremos que a maioria esmagadora das crianças institucionalizadas não terão a chance de fazer parte de uma família, pois estão à disposição de um sistema que não prioriza erradicar as questões que antecedem sua chegada aos abrigos e que, além disso, burocratiza o processo a ponto de muitas dessas crianças chegarem à fase adulta sem ao menos entrar na fila de espera.

A situação dessas crianças é desconhecida por grande parte da população, que têm suas concepções sobre o tema embasadas em heranças históricas e influência da mídia, que por vezes retrata a adoção de maneira romantizada. Fato é que estas crianças foram esquecidas pela sociedade, que não sabe ao menos que a maioria das crianças em abrigos se quer está apta à adoção.

O intuito deste trabalho é, em primeiro lugar, reafirmar a existência dessas crianças que possuem nomes, histórias e sonhos. E, além disso, mostrar que se faz urgente um olhar crítico sobre a posição delas dentro do contexto social brasileiro, que, por sua vez, é marcado pela desigualdade social, parte constituinte do modelo político firmado que é baseado no conceito da meritocracia.

Os capítulos iniciais do trabalho têm como objetivo delinear a posição social da criança ao longo da história no mundo e no Brasil, além de expor dados do Cadastro Nacional da Adoção (CNA) capazes de comprovar a falta de políticas públicas eficazes no combate ao abandono de crianças e adolescentes. Além disso, será abordado o papel da comunicação e seus efeitos sobre a opinião pública, dando ênfase ao papel das relações públicas como ferramenta de transformação social, principalmente no contexto da adoção tardia no Brasil.

Por fim, o último capítulo será direcionado à análise de duas campanhas de adoção tardia e, por meio da metodologia do estudo de casos, serão estabelecidas aproximações e distanciamentos entre as ações, com o intuito de cumprir os objetivos específicos da pesquisa que são: analisar de que maneiras a adoção tardia pode ser estimulada, conhecer os possíveis efeitos que a exposição pode causar no desenvolvimento de crianças em abrigos e reconhecer práticas de relações públicas que possam contribuir para maior visibilidade e consciência social sobre a adoção tardia.

Além disso, acredito ser necessário frisar que estas crianças se encontram em posições de extrema vulnerabilidade e, apesar de ficar claro ao longo do trabalho, muitas delas não terão a oportunidade de criar um registro como este a que estou me propondo agora, não por serem incapazes, mas por serem invisíveis.

2 DO INDIVIDUAL AO COLETIVO E O STATUS SOCIAL DAS CRIANÇAS

2.1 O indivíduo

Desde o momento de seu nascimento os seres humanos estão sob a influência de inúmeros processos sociais. Isso porque o indivíduo nasce e se desenvolve em uma sociedade plural que é determinada através das interações estabelecidas entre os seres humanos e todo o ambiente ao seu redor. Para Chauí,

A vida social é uma forma determinada de relação de coexistência entre seres humanos em conformidade com símbolos, práticas, crenças, costumes, valores, regras, normas e leis que definem a identidade de cada um dos participantes da relação, definindo as maneiras como se relacionam e o sentido que conferem às suas ações recíprocas. Interiorizados, esses símbolos, práticas, crenças etc. tornam-se obrigatórios para todos os participantes (CHAUI, 2015, p. 11).

Sendo o ser humano considerado um ser social regulado por valores e costumes que este desconhece a origem, podemos concluir que, como exposto por Durkheim, há na sociedade a desvalorização do indivíduo como detentor de suas próprias vontades e o prevalecimento da coletividade sobre o individual. Então, como poderia o ser humano ser dotado de vontades próprias se ele mesmo é moldado conforme as práticas que são comuns ao seu meio? Para Durkheim

[...] esses tipos de conduta ou de pensamento não apenas são exteriores ao indivíduo, como também são dotados de uma força imperativa e coercitiva em virtude da qual se impõe a ele, quer ele queira, quer não (DURKHEIM, 1999, p. 2).

Portanto, segundo o sociólogo, todos os indivíduos estariam sob a influência de uma força exterior a eles que, mesmo de maneira imperceptível se solidificam em instituições criadas pelos próprios seres humanos para os seres humanos. Os fatos sociais, nome dado para esta força coerciva, seriam um grupo determinado de fenômenos que representam o estado de um grupo e que se repete nos indivíduos porque se impõe a eles. Para o autor ele está em cada parte porque está no todo, o que é diferente de estar no todo por estar nas partes (DURKHEIM, 1999, p. 20)

Assim, as aspirações individuais pouco importam na construção de uma rede de valores coletivos, pois esta já existe antes mesmo do ser humano nascer e são impostas como comportamentos comuns e inerentes à todas as pessoas. Aqueles que

porventura se desviarem dessa normalidade serão julgados conforme as leis também criadas pelos próprios homens. Durkheim resume:

É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais. (DURKHEIM, 1999, p. 13).

É possível entender melhor a sociabilidade humana e a não naturalidade de suas ações quando nos deparamos com a educação das crianças. Toda a estrutura social é voltada para constituir seres que correspondam aos símbolos e instituições já estabelecidos e, através das crianças é possível perceber que há um esforço em enquadrar estes seres em um determinado estilo de vida, pois são pessoas que ainda estão em fase de construção cognitiva. Para Chauí:

Talvez um fato simples, conhecido de todos, nos ajude a compreender que a vida social é resultado da ação humana em condições determinadas: a socialização das crianças. Com efeito, se fôssemos seres sociais por natureza, tornar-se-ia incompreensível que as crianças precisem aprender a adquirir e manter relações sociais com outros humanos (2015, p. 22).

E, segundo Durkheim:

Quando se observam os fatos sociais como são e tais como sempre foram, salta aos olhos que toda educação consiste num esforço contínuo para impor à criança maneiras de ver, de sentir e de agir às quais ela não teria chegado espontaneamente. Desde os primeiros momentos de sua vida, forçamo-las a comer, a beber, a dormir em horários regulares, forçamo-las à limpeza, à calma, à obediência; mais tarde, forçamo-las para que aprendam a levar em conta outrem, a respeitar os costumes, as conveniências, forçamo-las ao trabalho etc. se com o tempo essa coerção cessa de ser sentida, é que pouco a pouco ela dá origem a hábitos, a tendências internas que a tornam inútil, mas que só a substituem pelo fato de derivarem dela. (DURKHEIM, 1999, p. 6).

Marx, nesse sentido, critica a teoria materialista quando esta, apesar de designar os homens como frutos de seu meio, não os relaciona também à regulação deste meio, tratando o cenário social e econômico em que o homem está inserido como natural e não como o resultado das próprias ações dos homens.

A teoria materialista de que os homens são produtos das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produtos de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. (MARX, 2007, p. 537)

E por último, Bauman (2001), em seus escritos sobre a modernidade líquida afirma:

Resumidamente, a “individualização” consiste em transformar a “identidade” humana de um “dado” em uma “tarefa” e encarregar os atores da responsabilidade de realizar essa tarefa e das consequências (assim como os efeitos colaterais) de sua realização. Em outras palavras, consiste no estabelecimento de uma autonomia *de jure* (independentemente de a autonomia *de facto* também ter sido estabelecida). (p. 40)

Entende-se por meio dos trechos citados acima que o ser humano é fruto daquilo que ele mesmo criou e que nenhum valor social, instituição ou relação é dotada de individualidade. Basicamente, o ser humano segue normas que são estabelecidas socialmente sem que ele saiba o porquê de existirem ou ao menos perceber que é influenciado por elas. São exemplos destas instituições, estruturas estabelecidas socialmente como o racismo e o machismo.

2.2 A instituição familiar

Como visto no capítulo anterior, as instituições sociais foram criadas pelos próprios seres humanos para que eles mesmos usufríssem dessas estruturas. A família, dessa maneira, foi uma resposta encontrada pelo homem para satisfazer as suas próprias necessidades e é muitas vezes determinada como um acontecimento natural, como se a própria natureza fosse responsável pelo seu surgimento. Para Chauí, supõe-se que a família seja a primeira célula natural da sociedade (2015, p. 16) porém, questionado pela própria autora, como poderia ser algo natural visto que está assume diferentes papéis ao longo da história?

O núcleo familiar possui um papel importante na composição da sociedade, pois é a partir dele que as demais relações sociais são definidas. A família é a primeira Instituição Social em que seres humanos se relacionam e criam os laços necessários não apenas para seu desenvolvimento, como para sua sobrevivência. A família é parte imprescindível do modelo social, político e econômico a que estamos submetidos e é estruturalmente concebida para responder as necessidades desse sistema. Para Chauí (2015), em nossas formas de vidas atuais, a família chamada de família nuclear ou conjugal, é formada por marido, esposa e filhos e, por extensão, inclui os parentes consanguíneos (p. 16). Neste mesmo sentido caminha a definição do IBGE no censo

demográfico de 2010 que considera como família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência e que residem numa mesma unidade doméstica.

A história da formação da família dentro dos moldes a que estamos habituados hoje no ocidente não é o foco do trabalho, porém, podemos afirmar que o modelo familiar concebido como natural em nossa cultura é aquele formado por casais heteronormativos e monogâmicos. Engels sugere em suas obras que as relações sociais de qualquer instância, seja familiar ou de trabalho, estão condicionadas a razões econômicas. Segundo o autor, esse modelo patriarcal

[...] baseia-se no predomínio do homem; sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos entrarão, um dia, na posse dos bens de seu pai. (1964, p. 48).

Porém, a verdade é que existem inúmeros formatos de família, principalmente quando falamos em um país tão marcado por injustiças sociais como o Brasil. Segundo Chauí (2015), existe uma grande variação quanto ao que diferentes culturas entendem por família, dependendo da forma assumida pelo sistema de parentesco (p. 18). E, para além da cultura, como já sabemos, o que também é determinante para as relações parentais e qualquer tipo de relação coletiva são os sistemas socioeconômico e político do local.

Sendo assim, por mais que exista um modelo estabelecido socialmente como o natural, os formatos de família são variáveis, visto que vivemos em um mundo com aproximadamente sete bilhões de pessoas que falam ao menos um dos mais de sete mil idiomas existentes (ETHNOLOGUE, 2019). Ou seja, os seres humanos se diferenciam até pelo simples ato de comunicar e construir palavras, este último, variando até mesmo quando utilizado o mesmo alfabeto, como é o caso das línguas inglesa e portuguesa. Pensando desta forma, não seria ingenuidade afirmar que todos são iguais ou estabelecem relações semelhantes durante a vida? Inclusive familiares? Afinal, embora a procriação seja biologicamente universal, assim como consideramos ser a família, a multiplicidade de formas e significados que esta adquire nos faz indagar se ela é efetivamente natural ou se é uma instituição humana (CHAUÍ, 2015, p. 18) criada para responder às necessidades do homem conforme o tempo e o local

em que este se encontra na história. Chauí disserta sobre a natureza da sociabilidade humana:

A defesa da ideia de que o ser humano é por natureza um ser social leva a considerar a família como prova da naturalidade da vida social, ou seja, seria a própria natureza que nos levaria à vida social ao fazer-nos seres que só podem viver e sobreviver na companhia de outros. (CHAUÍ, 2015, p. 16).

Ainda utilizando trechos da mesma autora com referência a Augusto Comte:

O ser humano por ser dotado afetivamente do “instinto de simpatia”, é um ser social por natureza, jamais vivendo isolado. A primeira célula da sociabilidade não seria uma relação qualquer entre indivíduos, mas sim a família, e a última, a pátria. (CHAUÍ, 2015, p. 14).

Ao que concorda e acrescenta Lacerda:

Cada indivíduo nasce no seio de uma família. Essa pequena unidade social, composta pelo casal, por seus filhos, por seus pais (isto é, pelos avós) e pelos agregados, tem como fundamento os sentimentos. Seu objetivo não é realizar nada de prático nem de filosofar ou de conhecer a realidade, mas, muito simplesmente, de manter juntas pessoas que mantêm diversos laços de afeto entre si, sendo um primeiro *locus* de socialização para cada um. (2004, p. 67).

A partir dos trechos acima, percebemos novamente a negação do ser como indivíduo e a valorização do ser como social e, a família, sendo o primeiro contato do ser humano com a coletividade, seria a base para a construção de seu intelecto. Considera-se, então, a família como o primeiro aglomerado social em que os seres humanos são inseridos, mas, como afirmado por Chauí, são variadas as concepções sobre família ao redor do mundo. Sendo assim, não necessariamente esta precisa ser consanguínea; tomemos como exemplo a própria adoção que é o tema central deste trabalho.

A família, segundo Lacerda (2004) é pautada em relações subjetivas, onde pessoas estão unidas por um sentimento de afeto que garante vínculos entre elas sem que necessariamente precisem ter algo em comum. Junto a isso, se pensarmos que o ser humano é um dos animais que precisa dos cuidados maternos por mais tempo para manter a sobrevivência, é naturalmente aceito que se criem estes vínculos. Porém, qualquer tipo de relação, inclusive familiares, estão condicionadas ao contexto social em que os indivíduos envolvidos estão inseridos. Por exemplo: o número de famílias formadas por mães solteiras é cada vez mais comum, fato também relacionado à alta taxa de abandono paterno, que é pautado numa sociedade machista onde as mulheres intrinsicamente assumem a responsabilidade pelos filhos.

Historicamente, a família já adquiriu diversos significados e formatos, nas sociedades clássicas da Grécia e Roma antigas, por exemplo, era composta por tudo aquilo que representasse poder econômico. Ou seja, além de esposa e filhos; servos, escravos, terras e bens materiais também eram parte do núcleo familiar e tudo estava completamente cedido às vontades do patriarca, que poderia decidir tudo que aconteceria com cada membro ou item de sua família, até mesmo pelas suas vidas (CHAUÍ, 2015). Neste caso, a principal representação da família era o poder, ela era uma unidade econômica e seus valores não eram pautados em afeto.

O casamento foi uma das principais consequências da religião doméstica predominante neste período e fonte primária da instituição da família neste contexto histórico (CABALLERO, 1999). Paiva (2004) resume:

As famílias grega e romana foram constituídas com fundamento em uma religião primitiva, que estabeleceu o casamento, fundou a autoridade paterna, fixou as linhagens de parentesco e consagrou o direito de propriedade e sucessão. (p. 36).

E ainda:

O casamento, contratado somente para perpetuar os laços de culto, era obrigatório, mas poderia ser anulado se a mulher fosse estéril. Se a esterilidade fosse do marido, um irmão ou parente do marido devia substituí-lo e a criança nascida dessa união era considerada filha do marido e continuava seu culto. (PAIVA, 2004, p. 37).

Caballero também elucida a posição da mulher nesta instituição:

Considerado um ato solene e dotado de uma importância extrema na antiguidade, pelo casamento não havia a mera troca de endereço para a mulher, mais sim o abandono de todas as ligações com a família de seu pai. (CABALLERO, 1999, p. 127).

Como podemos observar a partir dos trechos acima, os códigos sociais greco-romanos eram extremamente machistas. Em uma sociedade marcada pela presença de uma religião conservadora e autoritária, os lugares da mulher, segundo Caballero (1999) eram dentro de casa, de onde não podia sair a menos que autorizada pelo marido; e em seu casamento, que simbolizava a dignidade das mulheres a época. O casamento adquire este significado pois existiam ainda recortes entre as posições sociais das mulheres que

[...] são definidos por Demóstenes no discurso do Contra Neera: “Temos as cortesãs em nome do prazer, as concubinas para os cuidados diários e pessoais, e as esposas para nos gerar filhos legítimos e para serem fiéis guardiãs de nossos lares”. (SEGER, 2015, p. 26).

As mulheres não possuíam direitos políticos nem de cidadania. A elas era outorgada a ausência de fala (SEGER, 2015) e, sendo a palavra um símbolo de poder dentro da pólis, o silenciamento era uma forma de excluir sua participação em assuntos políticos

[...] gerando o dito imaginário de inferioridade do gênero feminino, que foi naturalmente reafirmado em todos os aspectos do imaginário grego, criando uma disparidade não somente política, mas também social. Demarcava, portanto, o lugar da mulher em relação ao homem e à pólis. (SEGER, 2015, p. 25).

Partindo das sociedades clássicas para uma leitura do contexto capitalista, a família é uma instituição dinâmica, mas que tradicionalmente deve ser constituída por um casal heterossexual, monogâmico e de famílias diferentes, pois o incesto é uma prática condenável que, segundo o antropólogo Claude Lévi-Strauss, citado por Chauí (2015), é uma das convenções universais que delimitaram a origem da família. Porém, ainda que considerada como uma lei universal, a proibição de relações entre membros de uma mesma linhagem sanguínea não seria em si algo natural, já que, a depender das condições impostas à sobrevivência, a definição do incesto varia (CHAUÍ, 2015), como afirma Werneck, reforçando também a ideia dos fatos sociais:

Se o tabu do incesto está presente em todas as sociedades humanas, não deixa de assumir, em cada uma delas, uma configuração particular, ditada por um regime de trocas matrimoniais regulado por estruturas que escapam à consciência individual. (WERNECK, 2002).

E sobre o tabu, Pontes afirma:

O Tabu é para o homem a expressão de como ele cria um conjunto de meios, mecanismos e estratégias para lidar com a natureza desde um ponto de vista amplo, ou seja, sua relação como o meio ambiente, até a sua dimensão mais individual, fisiológica, biológica, que tem como consequência a explicitação do ser social que constrói uma ética, uma moral, regras, leis e instituições, ou seja, toda uma estrutura para objetivar-se em suas relações. (PONTES, 2004, p. 8).

Como citado acima, é também parte da instituição familiar ocidental a monogamia que, apesar do contrato social de fidelidade inerente à palavra, é restrita à mulher, uma vez que os homens, possuidores de privilégios arbitrários, ao praticarem adultério ou atitudes abusivas e violentas, em poucos casos serão condenados publicamente ou pelo sistema, que é estruturalmente machista. Um dos exemplos que reforçam essa estrutura é a alta taxa de denúncias de violência sexual registradas anualmente no Brasil. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública

(2019), foram registradas, em 2018, mais de 66 mil denúncias de violência sexual, o que corresponde a mais de 180 casos por dia e um a cada 8 minutos. E ainda há de se destacar que as denúncias de violência sexual têm uma das menores taxas de notificação à polícia. Segundo o Fórum, a última pesquisa nacional de vitimização estimou que apenas 7,5% das vítimas efetuam a denúncia, o que torna a questão ainda mais alarmante.

Até mesmo quando se trata de sexualidade o ser humano atribui significados. A sexualidade humana não é um dado natural, e sim uma simbolização da diferença sexual posta pela natureza (CHAUÍ, 2015, p. 19), o que também influencia a noção de constituição natural das famílias. A partir do momento que se diferenciam tarefas entre femininas e masculinas, subentende-se a necessidade dos dois sexos para formar um núcleo familiar, uma vez que as mulheres não estariam aptas a realizar determinadas tarefas sozinhas e, sendo assim, recorreriam ao homem e vice-versa. Os resultados desta divisão são, por exemplo, os inúmeros preconceitos a que mulheres estão diariamente expostas em seus locais de trabalho quando considerados de natureza masculina. Para Chauí,

Podemos observar que a divisão social do trabalho e a lei da proibição do incesto ou a simbolização do significado da sexualidade, de outro lado, evidenciam que “família” é o nome dado à maneira como, em condições determinadas e diferenciadas, os seres humanos lidam com os dados da natureza para instituir algo que não é posto pela própria natureza. (CHAUÍ, 2015, p. 21).

Ou seja, as relações familiares são majoritariamente pautadas nas diferenças de gênero. Há casos, no entanto, como foi na Revolução Industrial, que até mesmo mulheres e crianças trabalhavam nas fábricas, ou seja, mesmo em uma sociedade voltada para preencher as necessidades dos homens, a mulher e seus filhos precisavam trabalhar para garantir o sustento de suas famílias. A diferença crucial neste caso é que a mão-de-obra desses dois grupos era bem mais barata e para os proprietários das fábricas, parecia uma boa ideia manter uma criança trabalhando por até 18 horas pagando um salário até 1/3 menor do que era pago para um homem adulto (NUNES, 2009). Segundo Marilena Chauí,

A produção e a reprodução das condições de existência realizam-se pela mediação do trabalho (relação com a natureza), da divisão social do trabalho (intercâmbio e cooperação), da procriação (sexualidade e instituição da família), e do modo humano de apropriação da Natureza (a propriedade). Esse conjunto de condições institui, em cada época, a sociedade e o sistema

das formas produtivas que a regulam, conforme a divisão social do trabalho. (2013, p. 35).

Qualquer tipo de coletividade é moldado conforme o contrato social assumido pelos indivíduos dentro de determinado contexto. No caso das famílias, estas relações também são definidas pelas leis e códigos que determinados grupos criam porque é socialmente aceito que estes possuam o poder e a responsabilidade de ordenar como estas relações devem acontecer.

Tudo aquilo que reproduzimos no nosso dia-a-dia, ou até mesmo tudo aquilo em que acreditamos faz parte de um aglomerado de símbolos criados pelos próprios seres humanos para dar sentido a sua existência, desde sua relação com a natureza, objetos, outros animais e pessoas. Tudo aquilo que faz parte das nossas vidas é derivado de um processo de associações complexas que são construídas historicamente e moldadas conforme quem está no poder de determinado território, seja ele físico ou não. E, por mais que tentemos fugir e olhar este cenário de fora, não conseguiríamos estar completamente neutros, uma vez que a vida inteira estamos submetidos às instituições criadas pelo ser humano, entre elas a família.

2.3 Onde as crianças estiveram esse tempo todo?

Historicamente, as crianças quase nunca foram consideradas pessoas com um papel social determinante e que fosse capaz de realizar mudanças significativas na história. De fato, as crianças assumiram diversas funções ao longo da história, mas, a infância em si é um constructo social recente e nem sempre foi considerada uma fase distinta e essencial para o desenvolvimento humano. Para Faria,

A história da infância – mais do que outras histórias – estudando as dimensões da realidade educativa, é um espaço de grande relevância pedagógica, não só porque estuda o crescimento da criança e os condicionamentos aos quais ela está sujeita, sua socialização e seus agentes, instituições e modalidade que a governa, mas também e sobretudo, porque a reconstrução do passado da vida infantil nos constrange a confrontarmos com uma série de problemas, de ocultamentos, de operações ideológicas e societárias que no presente não foram ainda resolvidas. (2002, p. 58).

É sabido que a infância não é a mesma em todos os lugares, segundo Kramer (2003, p. 21), tratar as crianças em abstrato, sem levar em conta as diferentes condições de vida, é dissimular a significação social da infância. Até porque esta,

assim como todas as demais fases da vida, está condicionada ao contexto sociopolítico em que a criança está inserida. Porém, durante muito tempo, ela foi classificada como unânime ao redor do mundo. Mesmo na sociologia, as crianças estiveram sempre em um papel secundário, como se a própria sociedade fosse constituída apenas de adultos e para adultos, como se apenas estes fossem agentes de mudanças sociais significativas. Para Nascimento, Brancher e Oliveira,

A Análise da produção existente sobre a história da infância permite afirmar que a preocupação com a criança encontra-se presente somente a partir do século XIX, tanto no Brasil como em outros lugares do mundo. No entanto, mesmo a infância, constituindo-se em um problema social desde o século XIX, ainda não foi suficiente para torná-la um problema de investigação científica. (2008, p. 5).

Philippe Ariès, pioneiro no estudo sobre a infância e seu papel social ao longo da história, em sua obra intitulada “A história social da criança e da família”, delineou que esta como a conhecemos hoje – uma fase única e autônoma necessária para o desenvolvimento humano – só começou a adquirir estas feições em meados dos séculos 17 e 18 e exclusivamente nas classes burguesas e aristocratas. Na sociedade medieval, pelo contrário, a infância era negada. Segundo o autor, as crianças eram consideradas miniadultos que não possuíam as mesmas habilidades que estes, mas que viviam conforme eles: trabalhando e realizando tarefas em comum. Ariès afirma:

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo. Uma miniatura otomana do século XI nos dá uma ideia impressionante da deformação que o artista impunha então aos corpos das crianças, num sentido que nos parece muito distante de nosso sentimento e de nossa visão. O tema é a cena do Evangelho em que Jesus pede que se deixe vir a ele as criancinhas, sendo o texto latino claro: parvuti. Ora, o miniaturista agrupou em torno de Jesus oito verdadeiros homens, sem nenhuma das características da infância: eles foram simplesmente reproduzidos numa escala menor. Apenas seu tamanho os distingue dos adultos. (1981, p. 39).

Já com o advento da Revolução Industrial e a ascensão das camadas burguesas, as crianças passam a ocupar espaço central no núcleo familiar, pois os pais estão preocupados com a sua educação e o Estado, como mantenedor da ordem social, passa a interferir também na trajetória da infância, transformando a educação em um aparelho controlado por ele através das escolas, uma vez que as crianças seriam o futuro do regime político e social firmado. Porém, devemos lembrar que a infância era uma fase específica apenas àquelas crianças oriundas de famílias que já

possuísssem certa posição social. Para as demais, o trabalho infantil era, e ainda é, uma realidade. Segundo Fonseca:

Com o aburguesamento da família, a criança aparece como centro das atenções emocionais dos pais e como pedra angular dos projetos para o futuro. Considerada na época pré-moderna como simplesmente um adulto incompetente, a criança torna-se, segundo a nova concepção, um ser em formação que carece de especiais cuidados materiais e afetivos. Surge então um exército de especialistas para melhor definir as necessidades da criança e para aconselhar os pais sobre como criá-la. No lugar da antiga sociabilidade de rua e da ajuda mútua do clã, a família conjugal e seu complemento, a escola, se consolidariam com o propósito de satisfazer todas as necessidades afetivas e pedagógicas da criança. (1995, p. 125).

E sobre o trabalho infantil nas indústrias, Aguiar Junior e Vasconcellos descrevem:

No auge da Revolução Industrial inglesa, o trabalho de crianças foi amplamente utilizado nas indústrias têxteis e, conseqüentemente, conferiu notoriedade aos problemas ocasionados pela intensa exploração e pela inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho industrial. Ainda durante o século XIX, pouco a pouco, leis foram sendo publicadas com a justificativa de reduzir os danos que o trabalho industrial precoce causaria à infância. Esse processo que então se inicia, de gradual retirada das crianças do mundo do trabalho, foi decisivo para o desenvolvimento e para a consolidação da concepção de infância vigente nas sociedades modernas industrializadas. (2017, p. 273);

Atualmente consta no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2019) que é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. Porém, basta uma rápida viagem de metrô, uma volta pelo centro da cidade ou minimamente conhecer as diferenças socioeconômicas a que todos estamos expostos para nos depararmos com inúmeras crianças vendendo doces ou pedindo esmolas nestes espaços. E esta é apenas uma consequência que deriva do abismo social a que estas crianças estão sujeitas, uma realidade que cerca as cidades com as suas periferias, em que crianças e adolescentes são reféns da sua própria existência. Uma existência baseada em grandes diferenças sociais, que vão desde o acesso à saneamento básico e moradia até em oportunidades de emprego ou vagas em escolas. Vítimas de inúmeras injustiças sociais, crianças levam tiros de balas perdidas, como aconteceu com Ágatha Félix, de 8 anos, baleada no Complexo do Alemão enquanto voltava para casa com a sua mãe. Ágatha foi assassinada em setembro de 2019 por uma bala de fuzil, arma amplamente utilizada pela Polícia Militar.

Até setembro de 2019, 5 crianças foram mortas por balas perdidas em operações na cidade do Rio de Janeiro. E, segundo dados do Rio de Paz, organização não governamental filiada à ONU que combate a violência em defesa dos direitos humanos, nos últimos 10 anos, 57 crianças foram vítimas de balas perdidas. Este é o cenário em que milhares de crianças crescem e criam laços e muitas vezes nem ao menos conhecem outra realidade. Estas crianças são invisíveis e alvos ao mesmo tempo. Invisíveis para as políticas públicas e alvo da violência pautada na enorme desigualdade social. E quando não, são estigmatizadas pelo preconceito que as cercam. No livro “Cabeça de Porco”, colaboração entre MV Bill, Celso Athayde e Luiz Eduardo Soares, que retrata a violência em diversos estados brasileiros, consta:

Um jovem pobre e negro caminhando pelas ruas de uma grande cidade brasileira é socialmente invisível. Como já deve estar bastante claro a esta altura, há muitos modos de ser invisível e várias razões para sê-lo. No caso desse nosso personagem, a invisibilidade decorre principalmente do preconceito e da indiferença. Uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito. Quando o fazemos, anulamos a pessoa e só vemos o reflexo de nossa própria intolerância. Tudo aquilo que distingue a pessoa, tornando-a um indivíduo; tudo aquilo que nela é singular desaparece. O estigma dissolve a identidade do outro e a substitui pelo retrato estereotipado e a classificação que lhe impomos. (BILL, ATHAYDE, 2005, p. 175).

É nítido que muitas infâncias no Brasil são esquecidas, e é difícil acreditar que estas crianças têm as mesmas oportunidades que aquelas residentes nos bairros nobres das capitais. Em 2017, segundo o relatório Cenário da infância e adolescência no Brasil 2019, realizado pela Fundação Abrinq, 47,8% das crianças e adolescentes no Brasil viviam em situação domiciliar de baixa renda. Isso significa que aproximadamente 20 milhões de crianças e adolescentes entre 0 e 14 anos viviam com, em média, R\$234,25 à R\$468,50 de renda per capita por mês. E, se levarmos em consideração a existência de escolas com mensalidades de até 10 mil reais, como é o caso do colégio Avenues, localizado em bairro nobre da zona sul de São Paulo, o cenário fica ainda mais assustador. Como é possível em um mesmo país uma criança sobreviver com 300 reais mensalmente, incluindo todas as suas necessidades básicas como alimentação, educação e higiene enquanto outras crianças têm investidas apenas em sua escola 10 mil reais no mesmo período? Para responder este tipo de questão, precisamos nos lembrar que o neoliberalismo institui uma formação social fundada no alargamento do espaço privado dos interesses de mercado e no

encolhimento do espaço público dos serviços sociais, dos direitos e das opiniões (CHAUÍ, 2015, p. 82), reforçando o conceito de meritocracia.

A história do Brasil é pautada em injustiças sociais e, desde o momento da chegada dos colonizadores, foi demarcada uma divisão que separava aqueles que possuíam direitos e repassariam estes aos seus descendentes daqueles considerados a margem da sociedade, que foram tirados do seu próprio direito de existir e que tem seus corpos controlados por um sistema que os conduzem à acreditar na meritocracia, por meio da privatização dos direitos e da idealização do individualismo competitivo (CHAUÍ, 2015).

É dentro desse contexto que se encontram as infâncias perdidas do Brasil, num país onde acredita-se que apenas através de seus próprios esforços se alcança o sucesso. E que, apesar das dificuldades impostas pelo sistema desigual, todos têm as mesmas oportunidades de alcançar, por exemplo, uma vaga em alguma Universidade pública. Ainda neste capítulo serão analisados números que ilustram a realidade social das crianças brasileiras, mas neste primeiro momento, o que nos interessa é compreender que a posição da criança dentro da família é uma variável social e histórica, uma vez que as crianças adquirem papéis diferentes na família e na sociedade conforme o momento histórico e localização física em que estão inseridas. Como já explanado anteriormente, nossa relação com a infância também será delineada conforme padrões sociais pré-estabelecidos.

Atualmente, a infância já é entendida como uma etapa crucial no desenvolvimento cognitivo. As crianças passam a ser consideradas sujeitos sociais capazes de mudanças no âmbito político e têm direitos exclusivos, como os indicados pelo ECA. Porém, ainda há abismos muito maiores que seu reconhecimento. Ainda há crianças sem acesso à educação básica, ainda há crianças que não consomem as quantidades ideais de nutrientes diariamente e ainda há crianças esquecidas, sem nomes e muitas vezes esperando pela chance de finalmente serem vistas como um indivíduo.

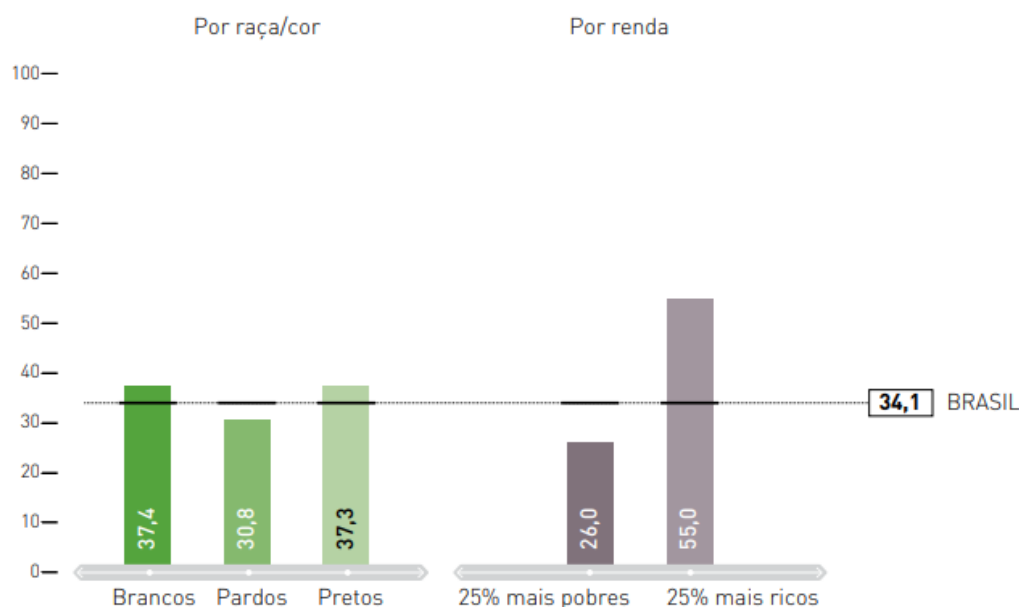
Para as crianças em abrigos, a espera por uma família muitas vezes é a espera pela chance de ser vista. Porém, esta espera muitas vezes não tem fim, visto que muitas passam sua infância à espera de um lar, mas acabam se deparando com

um sistema excludente. Em muitos casos, como é o exemplo do jovem Abraão Santana, que teve sua história divulgada pelo programa televisivo Profissão Repórter em setembro de 2019, nenhum pretendente aparece. Abraão chegou ao abrigo com 5 anos de idade e, na data da reportagem, em 2 meses completaria a maioridade, ou seja, não poderia mais continuar morando no abrigo e estaria mais uma vez submetido à políticas públicas que não garantem o bem-estar social e segurança de jovens nestas condições.

Apesar de atualmente existirem inúmeros trabalhos sobre a temática e um estatuto próprio para Crianças e Adolescentes, a educação infantil, por exemplo, só passa a ser regularizada e caracterizada efetivamente como Educação no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBD) de 1996, em que consta como direito à toda criança de até 5 anos de idade, o acesso à educação gratuita.

A demora pelo reconhecimento da criança como protagonista de mudanças sociais e da infância como etapa crucial do desenvolvimento humano é um dos motivos pelos quais no Brasil, o número de creches ainda seja baixo e com poucas vagas ofertadas em relação ao contingente de crianças que precisariam do atendimento educacional. Novamente, o papel da mulher é um dos fatores pela alta demanda pela abertura de novas creches, pois a sua inserção cada vez maior no mercado de trabalho cria a necessidade de espaços onde estas crianças possam passar o dia e, assim, a própria creche adquire o caráter de assistencialismo e não de direito que, como visto anteriormente, é privatizado e vendido como benefício à classe operária, segundo Chauí (2017). Para ilustrar uma das grandes diferenças sociais a que as crianças estão expostas no sistema educacional, analisemos a figura 1, gráfico criado em 2019 pelo Instituto Todos pela Educação. Por meio dele podemos concluir que, dentre as 3.587.292 crianças de até 3 anos no Brasil, em relação à raça/cor, a representatividade de pardas e pretas em creches é menor que a porcentagem de crianças brancas que tem acesso à mesma etapa educacional, o que confronta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do mesmo ano, que aponta como 55,8% o percentual da população total brasileira que se considera parda ou preta.

Figura 1 - Crianças de 0 a 3 anos que frequentavam a escola no Brasil em 2017 (em %):

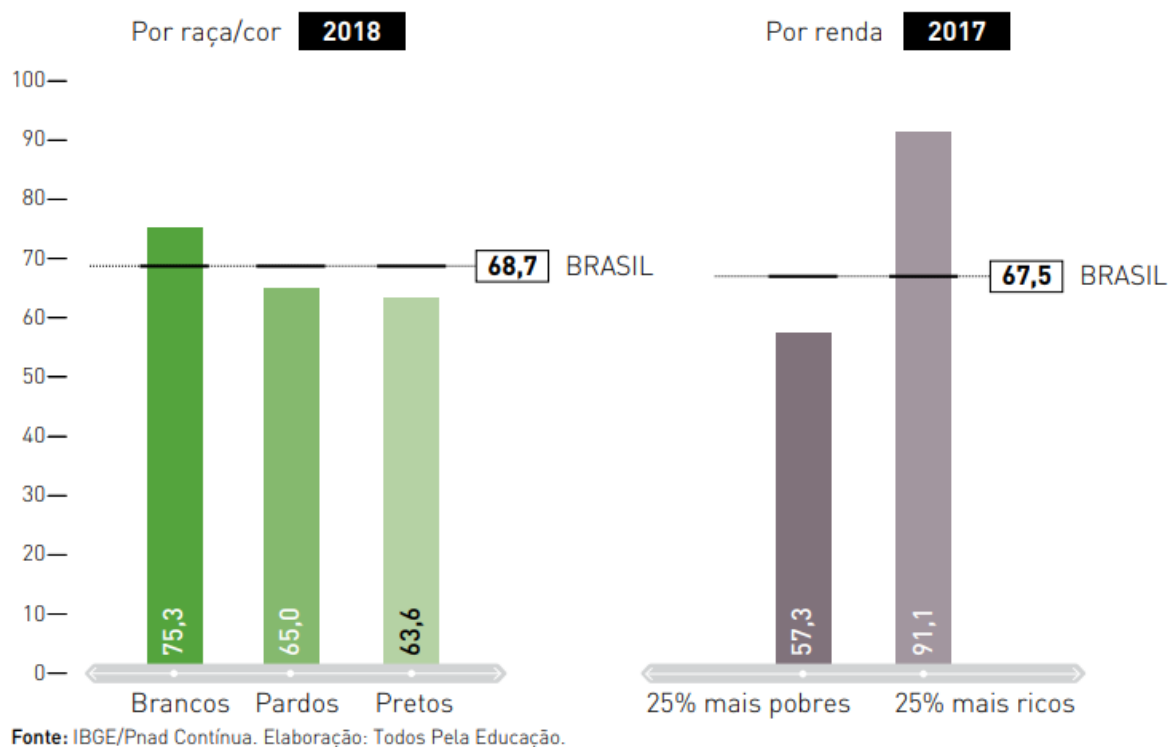


Fonte: Todos Pela Educação (2019)

Além disso, podemos observar que dentre as crianças de até 3 anos pertencentes ao quadro dos $\frac{1}{4}$ mais pobres da população, somente 26% frequenta a creche, enquanto 55% das crianças do quadro dos $\frac{1}{4}$ mais ricos têm acesso ao sistema educacional nesta fase. Sendo a população em sua maioria composta por aqueles que são menos representados nos espaços escolares, como seria possível afirmar que a educação é universal? A meritocracia é realmente um solo onde todos têm a oportunidade de pisar ou é apenas um discurso ideológico que tem como função demarcar cada vez mais as fronteiras entre os mais pobres e os mais ricos?

O próximo gráfico apresenta análise similar ao anterior, mas com números do Ensino Médio brasileiro nos anos de 2017 e 2018. Nele, percebemos uma maior penetração de pessoas no ensino, sendo 7.709.929 no total, pouco mais que o dobro se compararmos com as matrículas em creches. Se considerarmos ainda que na pirâmide etária a representação de crianças de 0 a 4 anos na população é de 7,09% enquanto a de jovens entre 15 e 19 anos é de 7,88%, nos parece que o ensino médio é mais inclusivo que a primeira etapa educacional. Porém, isso não significa maior acesso. Como podemos observar, a representatividade de pardos e pretos é ainda menor nessa etapa de ensino, seja em escolas públicas ou particulares. E, com relação à renda, a diferença é ainda maior do que no gráfico anterior, onde os $\frac{1}{4}$ mais ricos tem 33,8% mais acesso ao ensino médio.

Figura 2 - Taxa líquida de matrículas no Ensino Médio brasileiro entre 2017 e 2018 (em %)



Fonte: Todos Pela Educação (2019)

Segundo dados da mesma pesquisa, 91,5% dos jovens de 15 a 17 anos estão na escola, porém apenas 68,7% estão no ensino médio. Isso significa que muitos adolescentes estão se formando após o esperado ou nem ao menos concluem a etapa final do colégio. Em um artigo intitulado “A tarefa urgente de melhorar as condições dos jovens vulneráveis”, a doutora em psicologia, Neca Setubal afirma sobre o ensino médio:

Dos jovens que ingressaram nessa fase, 16,6% são reprovados no 1º ano e 8,8% (cerca de 222 800 mil) largam a escola, segundo dados de 2017 do Educação para Todos. Os alunos mais afetados são os negros e os mais pobres, que saem do sistema de ensino por uma série de razões. Uma das principais é porque precisam trabalhar. Quando não é possível conciliar estudo e trabalho, a opção, ou falta de opção, é pela sobrevivência imediata, ou seja, pelo trabalho. No entanto, há outros fatores relevantes, como o desinteresse por um estudo desconectado de seu ambiente e contexto e a impossibilidade de acompanhar as matérias, resultante de um déficit de aprendizagem acumulado. (SETUBAL, 2018, p. 221).

Esses dados mostram que ainda não há um olhar de equidade sobre as várias infâncias do Brasil e que, apesar dos grandes avanços e do aumento da quantidade de crianças e adolescentes atendidos, ainda enfrentamos o aspecto estrutural da desigualdade, que abarca temas como o racismo, que por sua vez se

desdobra em inúmeras faces como a violência contra corpos pretos, a baixa representatividade em todos os ambientes sociais desde shoppings até universidades, o alto índice de homicídios: a cada cem pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras (SETUBAL, 2018), e milhares de outros exemplos que apresentam a face desigual do sistema em que vivemos, mascarado pela ilusão de que qualquer um pode chegar no topo com base em seu esforço individual.

A análise destes números é importante para o trabalho pois nos ajuda a compreender o local onde as crianças estão inseridas socialmente, uma vez que o papel destas é de, no futuro, tornarem-se indivíduos capazes de reproduzir o sistema social, econômico e político vigente. As crianças são o futuro e por assim dizer, representam aquilo que acreditamos como um futuro melhor, mais igualitário e mais inclusivo. Porém, quando nos deparamos com dados como estes, percebemos que ainda há muito a ser feito pela infância, pois muitos jovens ainda não têm a oportunidade de ao menos entender o porquê de estarem tão abaixo na pirâmide social brasileira.

3 HISTÓRICO DA ADOÇÃO E REFLEXÕES SOBRE O TEMA NO BRASIL

3.1 Resgate do papel da adoção na história

Este capítulo tem como objetivo listar de maneira resumida alguns dos principais acontecimentos históricos que levaram ao surgimento do instituto da adoção ao redor do mundo, de modo a suscitar reflexões sobre a posição da criança ao longo da história e de que maneira ela influenciou o posicionamento das sociedades sobre o assunto.

A adoção é uma prática que data muito antes da sociedade moderna e, historicamente, assume papéis sociais, econômicos e até mesmo políticos. O Código de Hamurabi de 1728 a.C., já apresentava artigos destinados à prática. Na Bíblia, está o exemplo de Moisés, que foi adotado às margens do Rio Nilo e criado como neto do próprio Faraó. Existem registros sobre a prática também entre os hindus; no código de Manu, consta: “Aquele a quem a natureza não deu filhos poderá adotar um a fim de que os fúnebres cerimoniais não cessem por semelhante fato” (JORGE, 1975). Neste caso, com finalidade exclusivamente religiosa e com o objetivo de não extinguir famílias sem descendentes. Segundo o autor:

A maioria dos historiadores declara ser a adoção originária de uma necessidade religiosa. Os povos antigos mantinham o culto aos mortos e tinham dias determinados para eles. As oferendas durante o culto, deveriam partir das pessoas da família. Em cada residência grega ou romana existia um altar com a chama de fogo sagrado, que devia ser renovado dia e noite, e ao chefe da família cabia o dever de fazê-lo. O pai dava a seu filho, juntamente com a vida, a crença. o culto, o direito e o dever de conservar o fogo doméstico, de oferecer as refeições fúnebres, de observar fórmulas culturais e recitar as orações sagradas (JORGE, 1975, p. 12)

Nas antigas Grécia e Roma, a adoção era considerada a última opção para aqueles que não pudessem, por infertilidade, continuar a descendência da família. Por conta de crenças religiosas, era preferível a mulher engravidar de algum parente do marido a submeter a família à prática da adoção. Entende-se que a prática, neste caso, não tinha o papel de auxílio a crianças abandonadas, mas sim de perpetuação da instituição familiar e de cultos religiosos. É dentro desse contexto social que a adoção é concebida nas sociedades clássicas da Grécia e Roma, entretanto, na medida em que a religião enfraquece, o sangue passa a ser mais valorizado e o parentesco por nascimento passa a ser reconhecido como um direito (PAIVA, 2004,

p. 37). Segundo Jorge, “o direito de adotar era um recurso facultado às famílias a fim de evitar o seu desaparecimento, o que era então considerado como grande desgraça” (1975, p. 13).

É possível também notar alguma semelhança no que diz respeito ao aspecto jurídico da adoção nas sociedades clássicas e no Brasil atualmente. Para os greco-romanos, o adotado deveria cortar todos os laços com a sua família biológica por meio de uma cerimônia sagrada em que este renunciava ao culto da família em que nascera (PAIVA, 2004) e, no ECA, consta que a adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa¹, o que faz crianças permanecerem em abrigos até todas as possibilidades de continuar na família consanguínea se esgotarem, situação que pode levar anos.

Já durante a Idade Média a prática caiu em desuso, principalmente por interesses da classe dominante dos senhores feudais e da Igreja. Para as famílias, adotar uma criança significava abandonar sua herança, uma vez que filhos adotivos não eram considerados legítimos, e famílias sem herdeiros não tinham direito a propriedades, passando estas à Igreja ou ao senhor feudal quando da morte do último herdeiro (PAIVA, 2004). E, para a Igreja, a prática era pouco favorável ao casamento, pois facilitaria o reconhecimento de filhos de relacionamentos adúlteros e incestuosos. Segundo Fonseca,

A desigualdade – entre filhos “legítimos” e criados (e até entre filhos natos) – era um fato pacífico da vida. Ainda mais, havia o perigo da adoção ser usada para legitimar filhos adulterinos, um ato que, ferindo a moral familiar, era expressamente proibido na legislação de diversos países. Em uma sociedade estamental em que cada um conhecia seu lugar, um indivíduo sem herdeiros podia achar mais honroso deixar seu patrimônio à Igreja do que a um filho ilegítimo ou ao criado que tinha abrigado durante anos. (1995, p. 119).

A autora resume o período entre as sociedades clássicas e a Idade Média:

[...] historicamente a adoção não se confronta a nenhum esquema de evolucionismo linear. Instituição de grande importância na sociedade romana, onde os césores costumavam desta forma legitimar o direito político de seus sucessores, a adoção definhou durante toda a Idade Média, tendo pouca importância na Europa antes do século XX. (FONSECA, 1995, p. 117).

¹ Entende-se por família natural os pais biológicos e seus descendentes. E família extensa aquela que se estende para os parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade (IBGE, 2010)

Na Idade Moderna a adoção voltou a ser reconhecida e foi incluída na legislação após a Revolução Francesa, quando Napoleão Bonaparte, pela necessidade de um sucessor, regulamentou a prática no Código Civil Francês.

No entanto, mesmo quando legitimada, a prática era voltada apenas para os interesses dos adotantes, que na maioria das vezes optavam pela adoção por não possuir mais opções para perpetuar a família biologicamente. A adoção só foi consolidada como direito para as crianças após a Segunda Guerra Mundial, com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959. E esta só passa a ser considerada objeto de estudo de políticas públicas quando o Estado percebe que garantir a segurança destas crianças é também perpetuar seu poder dentro da própria instituição familiar. Para Fonseca, o Estado tinha interesse na ordem pública, ou seja, na socialização adequada dos jovens sem família. Para a autora,

A adoção também vinha ao encontro das necessidades de um poder público que estendia sua influência cada vez mais para dentro da intimidade familiar. Aproveita-se a “responsabilidade” de garantir direitos individuais – neste caso, o bem-estar da criança – para intervir na vida familiar e assim estreitar o controle sobre a vida dos súditos. (1995, p. 119).

3.2 Adoção no Brasil

Como vimos até aqui, historicamente, as crianças foram silenciadas e usadas e, este ainda é o caso de milhares de crianças ao redor do mundo, principalmente em locais onde a desigualdade social é mais acentuada, pois sujeita estas crianças a situações de extrema vulnerabilidade, destituindo-as de sua infância.

No Brasil, a adoção é prevista desde a colonização; isto se ignorarmos os costumes e práticas de todo o contingente indígena que já habitava estas terras antes da chegada dos colonizadores portugueses. Há registros de que a adoção de crianças indígenas era praticada por missionários para garantir sua evangelização (LINK, 2015). Para Clough, missionário que esteve em missões anglicanas na Amazônia, seria mais difícil trabalhar com adultos, especialmente devido aos “hábitos migratórios” (LINK, 2015) e porque as crianças ainda estão desenvolvendo um arcabouço cognitivo. Ou seja, no contexto da colonização, a adoção simbolizava a

caridade cristã e era um importante artifício para a colonização, mas nada tinha a ver com prezar pelo bem-estar das crianças e sua infância. Pereira e Oliveira descrevem:

Já no período colonial brasileiro se tem notícia de crianças vivendo afastadas do convívio com sua família de origem. No início da colonização, na década de 1550, padres católicos que habitavam a nova terra investiram na educação e na catequese das crianças indígenas face à dificuldade de impor a cultura europeia e a formação cristã aos nativos. Muitos dos chamados curumins foram afastados de suas tribos e recolhidos no que se chamou de “Casa dos Muchachos”, para a inculcação dos valores do colonizador. Além dos indígenas, órfãos e enjeitados vindos de Portugal ocupavam as casas (2016, p. 11).

Ainda segundo o missionário Clough:

Um missionário e sua esposa não poderiam fazer melhor do que pegar em suas mãos duas dúzias de crianças de ambos os sexos. (...) Infância é a mesma em todo o mundo (...) e a criança indígena, negra, chinesa, papuásia, árabe e européia é semelhantemente susceptível ao ensino evangélico e a influências (SAMM, 1876, p. 236 apud LINK, 2015, p. 271)

A prática da adoção também era usual nas famílias mais abastadas da sociedade colonial brasileira. Porém, apesar de ser comum, não era sistematizada, o que abria espaço para os chamados “filhos de criação”, crianças acolhidas por razões religiosas (a caridade cristã pregada) e pela mão-de-obra gratuita (PAIVA, 2004) que representavam para as famílias.

A situação dos filhos de criação era, em geral, permeada por ambiguidades, pois embora fossem considerados membros da família, eram tratados como empregados da casa. Assim, a ideologia filantrópica burguesa possibilitou a exploração da mão-de-obra infantil através do discurso de auxílio à criança desamparada. (PAIVA, 2004, p. 44).

Crianças adotadas neste contexto não possuíam os mesmos direitos dos filhos biológicos e eram claramente tratados de maneira distinta pela família. Como consequência, a adoção ainda é vista como um ato de caridade e é carregada de estereótipos. Isso porque a família, na cultura ocidental, são aquelas pessoas que partilham de laços consanguíneos e é caracterizada, como dito anteriormente, pelo laço matrimonial heteronormativo que tem sua consagração com o nascimento de um herdeiro, que por sua vez, tem o papel de continuar propagando sua herança genética a fim de não extinguir a tradição de sua família.

Além disso, no Brasil, a chamada “adoção à brasileira” ainda é uma prática comum que consiste na simples entrega da criança recém-nascida para os adotantes

que registrarão a criança como seu filho biológico. Nestes casos é comum que as crianças não saibam que são adotadas, o que pode dar a sensação aos adotantes de uma parentalidade mais próxima. Nos anos 1980 esta foi a forma mais popular de adoção no país, e pode até parecer uma boa alternativa para aqueles que não queiram enfrentar tantas questões burocráticas para adotar um filho, ou até mesmo para aquelas pessoas que querem realmente entregar seus filhos. Porém, o maior problema são os riscos a que as crianças estão expostas, uma vez que esta prática pode encobrir casos de exploração infantil, como o tráfico. Na edição número 15 da revista “Em discussão” consta:

Como ocorre fora de qualquer controle judicial ou institucional, a prática dá margem a injustiças com famílias mais humildes, que não necessariamente querem doar os filhos, mas podem ser levadas a isso por pressão social e econômica. A adoção à brasileira também pode encobrir casos de venda ou tráfico de crianças. E, sobretudo, esse modo de adoção não leva em conta os interesses da criança, o que é o mais importante para a lei em vigor. (SENADO FEDERAL, 2013, p. 36).

Como visto acima, perpetuação da genética é uma necessidade. Ter descendentes significa não ser esquecido, o que era visto pelas sociedades clássicas como uma desgraça, uma das angústias que perseguem o ser humano, visto as simbologias associadas à morte como sepultamentos e cerimoniais que ainda hoje perduram, mas com modificações conforme a cultura que for considerada. Assim, o nascimento de um descendente, significa a continuação da história, a imortalidade, o conforto de que alguém ainda se lembrará e carregará dentro de si uma parte daquilo que um dia habitou a Terra.

Por fim, é apenas na Constituição de 1916 que a adoção é regulamentada. Porém, ainda prevalecia a função de atender aos interesses do adotante, além de limitar a possibilidade de filiação apenas à casais sem filhos e ser passível de revogação. Somente no final da década de 1980 filhos biológicos e adotados passaram a ser considerados iguais perante a lei. Durante muitos anos, a lei também foi um artifício de ocultamento dessas crianças que, desqualificadas do protagonismo de sua própria história, não tinham escolha a não ser ficarem submetidas a situações de extrema vulnerabilidade e longe de afeto. Sendo assim, a negação da infância após adultas não seria incomum, pois estariam apenas reproduzindo, inconscientemente, aquilo que um dia lhes foi comum.

A Lei da Adoção como a conhecemos é muito recente, o que colaborou para que a prática seja vista de maneira discriminatória. Filhos adotivos passaram a possuir os mesmos direitos dos filhos biológicos somente a partir de 1988. E, ainda hoje, o ECA prioriza a permanência da criança no seio da família biológica, o que torna o processo de adoção no Brasil muito demorado, pois apenas quando esgotadas as possibilidades dentro da família natural ou extensa que as crianças podem, por fim, entrar para o Cadastro Nacional da Adoção. Dessa forma, se faz necessária uma equipe multidisciplinar para atuar neste processo, uma vez que é preciso primeiro encontrar estes familiares e depois auxiliá-los no processo de aceitação, o que pode ou não acontecer. E, assim, na espera da finalização dessa primeira etapa, as crianças ficam cada vez mais velhas e com menos pretendentes à adoção.

Segundo o G1, no Brasil, atualmente há mais de 47 mil crianças em abrigos, enquanto apenas 9633, ou seja, apenas 20%, estão aptas a adoção no Cadastro Nacional da Adoção (CNA) ferramenta administrada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que foi lançada em 2008 com o intuito de auxiliar os juízes das Varas da Infância e da Juventude na condução dos processos de adoção. Todos os processos de adoção do país devem ser processados por esta plataforma *online*, onde os postulantes que preencham os pré-requisitos estabelecidos pelo ECA devem se cadastrar após aprovação na entrevista preliminar, que acontece após manifestação de interesse e entrega de petição em alguma Vara de Infância da cidade.

Os adotantes devem passar por um curso de preparação e apoio psicossocial e jurídico, onde aprendem sobre as necessidades de uma criança adotiva e quais possíveis desafios enfrentarão na nova etapa que está por vir. No momento do cadastro, os pretendentes devem inserir seus dados pessoais, se tem filhos biológicos, estado civil, escolaridade, profissão etc. Além disso, devem colocar as características da criança/adolescente a ser adotado: idades mínima e máxima, quantidade de crianças que aceita (no caso de irmãos), preferência étnica, sexo e se aceita crianças com deficiência física ou mental ou com problemas de saúde.

Dessa forma, é delineado um perfil de busca para encontrar as crianças que estas pessoas procuram, porém, os padrões procurados não correspondem ao perfil das crianças cadastradas. E assim, apesar de existirem cerca de 4 adotantes para cada criança apta à adoção, apenas 2184 adoções foram realizadas em 2018, o que

corresponde a uma média de 5 adoções por dia e apenas 4% do total de crianças em abrigos, aptas ou não à adoção.

No Brasil, os principais fatores que colaboram para este cenário são a idade e o fato de possuírem irmãos. Das 9,6 mil crianças cadastradas no CNA, 6.487 têm entre 7 e 17 anos, enquanto apenas 7.604 adotantes aceitariam crianças entre essas idades. A conta não fecha porque 55% das crianças cadastradas possuem irmãos e apenas 38,4% aceitam adotar irmãos. Apesar de muito se dizer que um dos fatores predominantes para a grande fila de espera ser a raça ou etnia das crianças, as questões citadas anteriormente são os maiores empecilhos para a não concretização das adoções no Brasil, uma vez que 51,68% dos pretendentes estão interessados em adotar crianças ou adolescentes de qualquer raça ou etnia.

Ter um olhar mais crítico sobre onde as crianças estão posicionadas dentro do nosso cotidiano é imprescindível para entender as possíveis causas de tantas estarem em abrigos. Seja por abandono, como é na maioria dos casos, ou por falta de estrutura dentro do seio familiar da criança. São inúmeras as possibilidades que levam crianças ao acolhimento, assim como é variado o tempo que cada uma permanecerá no local, que dependerá da individualidade de cada situação. Sem dúvidas, analisar o cenário da educação brasileira é essencial para compreendermos a profundidade do problema.

O processo de inserir a criança em um abrigo é uma grande quebra de vínculo entre ela e sua família de origem, o que pode acarretar grandes traumas para uma criança, independente da volta ou não ao seu lar de origem (FERREIRA, 2014). Tudo isso somado ao gargalo da educação pública, influencia o desenvolvimento dessas crianças, que inseridas num contexto de vulnerabilidade social e sem um acompanhamento psicológico e pedagógico adequado, chegam na fase adulta com inúmeros déficits que dificilmente serão readequados, o que desenvolve traumas ainda mais difíceis de serem tratados com o amadurecimento dessas pessoas.

3.3 O abandono

São inúmeros os motivos que corroboram para o abandono no Brasil e no mundo e não nos cabe aqui analisar numericamente os porquês de as crianças

estarem em abrigos, mas sim, analisar social e historicamente como o abandono foi e é interpretado no mundo. Assim como foi apontado no primeiro capítulo deste trabalho, durante muito tempo as crianças não ocuparam um espaço de visibilidade social, o que as colocaram em uma posição maior de vulnerabilidade em determinados momentos históricos. Hoje, por mais vulneráveis e desprotegidas que estejam, aos menos em termos da lei, as crianças possuem direitos.

O abandono sempre existiu, porém, a adoção como instituição social, passa a ter importância apenas durante o período entre guerras, quando países da Europa se deparam com uma enorme quantidade de crianças nas ruas e precisam de fato lidar com esta situação de “desordem pública”. Anterior a isto, em muitos momentos da história, era aceitável e comum o abandono de crianças, principalmente em casos de doença ou até mesmo na intenção do não compartilhamento de heranças. Segundo Fonseca,

Os juristas que estudam este assunto gostam de atribuir o surgimento da preocupação pública com órfãos aos estragos das guerras mundiais. E, de fato, na maioria dos países europeus, houve uma proliferação de legislação sobre adoção já a partir do período entre as guerras. Mas, pensando bem, é evidente que guerras e epidemias não eram nenhuma novidade histórica. A novidade consistia em novas concepções da criança e do papel do Estado na vida privada. (1995, p. 118).

A partir das mudanças nas concepções da infância, os centros de acolhimento surgiram com o objetivo de resguardar as crianças que se encontram em condição de abandono, seja porque as famílias não possuem estruturas suficientes para assegurar o cuidado desta criança, por violência doméstica, por perda de seus genitores ou pela própria entrega das mesmas, entre outros fatores. Qualquer que seja a situação, estas crianças devem ser acolhidas até que o retorno à unidade familiar biológica seja possível ou até que sejam encaminhadas para uma nova família.

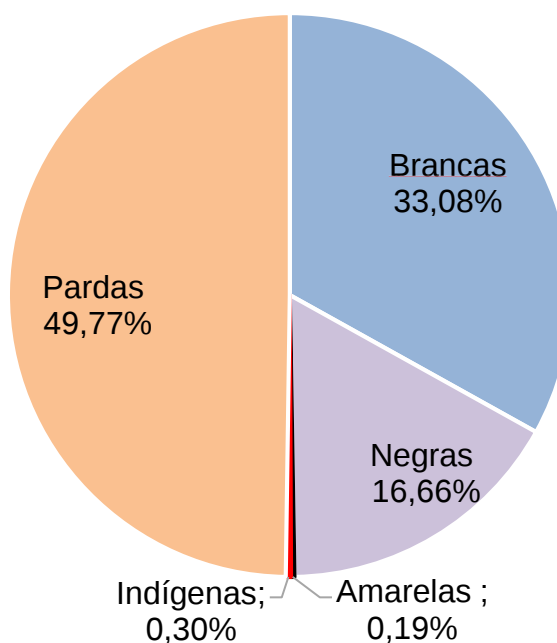
A grande questão que se enfrenta atualmente é que grande parte dessas crianças não estão asseguradas de que retornarão ao convívio familiar biológico ou se terão a oportunidade de serem adotadas. Muito se fala sobre os problemas do abandono, porém muito pouco se faz para reverter estas questões.

3.4 Perfil das crianças e pretendentes cadastrados no CNA

Com base em dados obtidos no site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no dia 24 de setembro de 2019, com o intuito de ilustrar o perfil das crianças, adolescentes e quais os perfis procurados pelos pretendentes cadastrados no sistema, foram elaborados gráficos para ajudar a entender quais são os principais motivos para a fila de pretendentes e de crianças aptas à adoção ser tão discrepante.

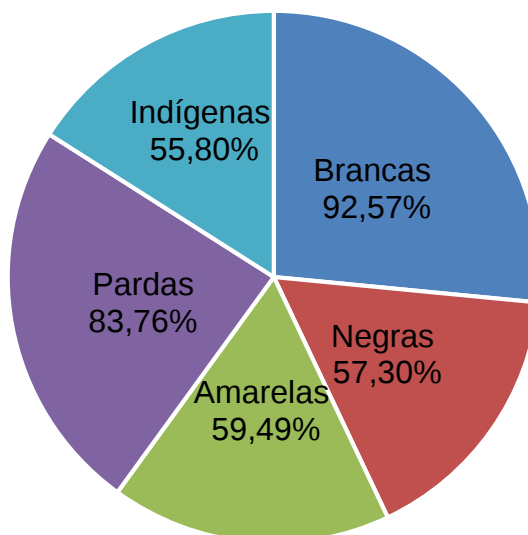
Os gráficos estão agrupados conforme a categoria analisada. Ou seja, o primeiro gráfico sempre irá se referir às crianças e o segundo, ao perfil traçado pelos pretendentes no CNA. No caso das crianças, o valor total de inscritos no sistema é de 9.633 e os pretendentes totalizam 46.118.

Figura 3 - Crianças cadastradas por raça/etnia



Fonte: elaborado pela autora com dados do CNA (2019).

Figura 4 - Preferência dos pretendentes por raça/etnia

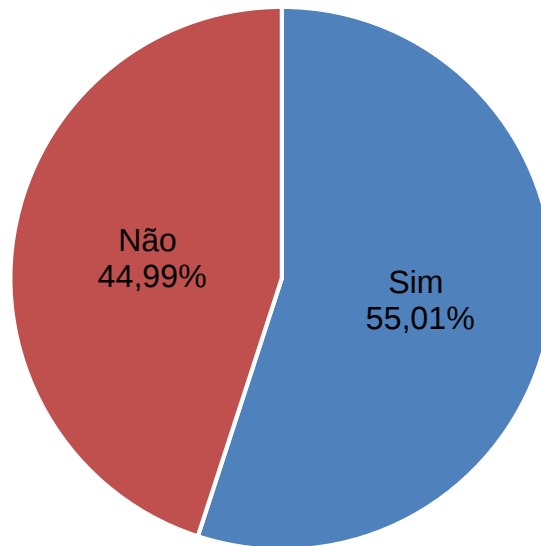


Fonte: elaborado pela autora com dados do CNA (2019)

Com base nos dados apresentados, é possível aferir algumas conclusões. Primeiro, de fato podemos excluir o mito de que as crianças não são adotadas por sua raça/etnia. É claro que o racismo é um dos maiores problemas estruturais quando falamos em sociedade, porém, com base nos números obtidos no próprio CNA, este não seria um fator determinante para explicar o porquê de tantas crianças ainda estarem à espera de um lar. Fato é que 51,68% dos pretendentes aceitam crianças de qualquer raça/etnia, conforme figuras 3 e 4.

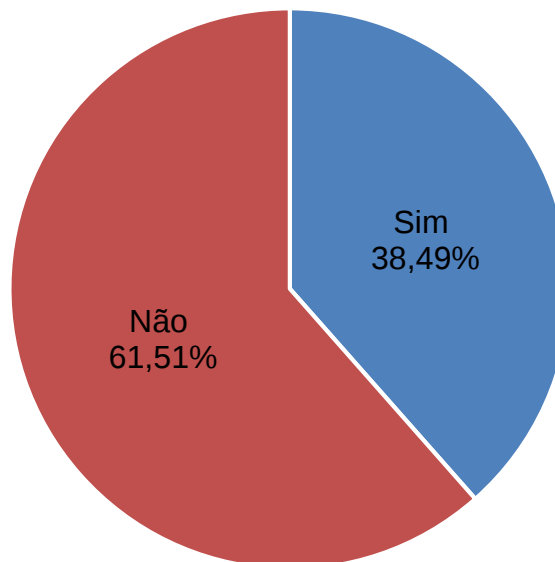
As figuras 5 e 6 apresentam, respectivamente, a porcentagem de crianças que possuem irmãos cadastrados no CNA e a porcentagem de pretendentes que aceitam adotar irmãos.

Figura 5 - Crianças com irmãos cadastrados no CNA



Fonte: elaborado pela autora com dados do CNA (2019)

Figura 6 - Pretendentes que aceitam adotar irmãos



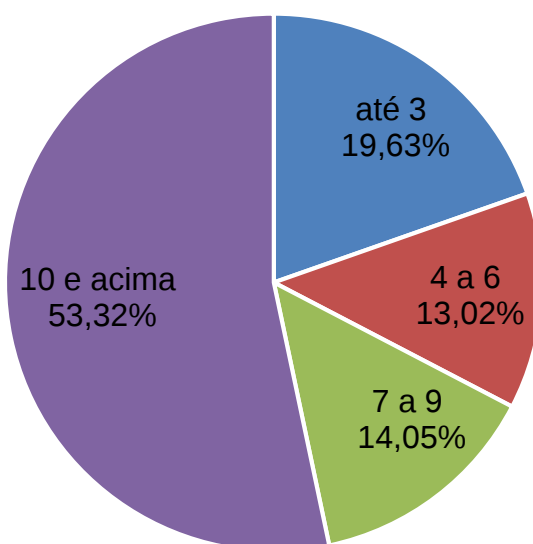
Fonte: elaborado pela autora com dados do CNA (2019)

Com base nestes dois gráficos percebemos que, ao contrário do que se imagina, um dos maiores empecilhos enfrentados por estas crianças é o simples fato de terem irmãos também cadastrados no sistema, o que diminui o número de pretendentes para menos da metade (38,49%), enquanto mais da metade das

crianças possuem um irmão ou mais. No Brasil é possível a adoção de irmãos por famílias diferentes, porém, sempre será preferível que todos sejam adotados pela mesma família, e, nas diversas tentativas de manter estas crianças juntas, elas acabam ficando mais velhas e permanecem nos abrigos. Como percebemos, a vida dessas crianças está sujeita a situações que se repetem ao longo de vários anos, em que elas esbarram em conjunturas burocráticas que por visar o “melhor” para elas acabam apenas aumentando cada vez mais sua espera.

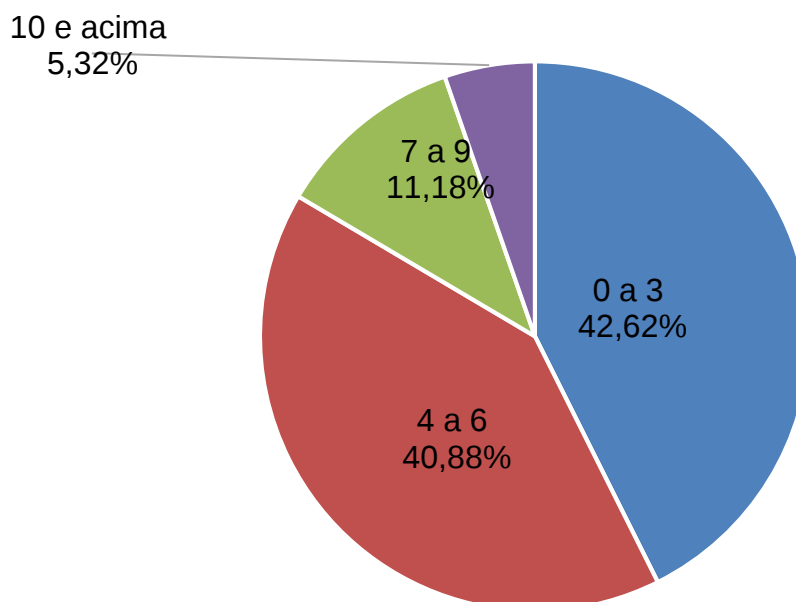
As figuras 7 e 8 ilustram, respectivamente, as crianças cadastradas no CNA conforme suas idades e quais as idades mais procuradas pelos adotantes. Este também é um fator crucial quando os pretendentes vão delinear o perfil da criança desejada e é um dos principais responsáveis pela longa fila de espera em ambos os lados da história.

Figura 7 - Crianças cadastradas por idade



Fonte: elaborado pela autora com dados do CNA (2019)

Figura 8 - preferência dos pretendentes por idade



Fonte: elaborado pela autora com dados do CNA (2019)

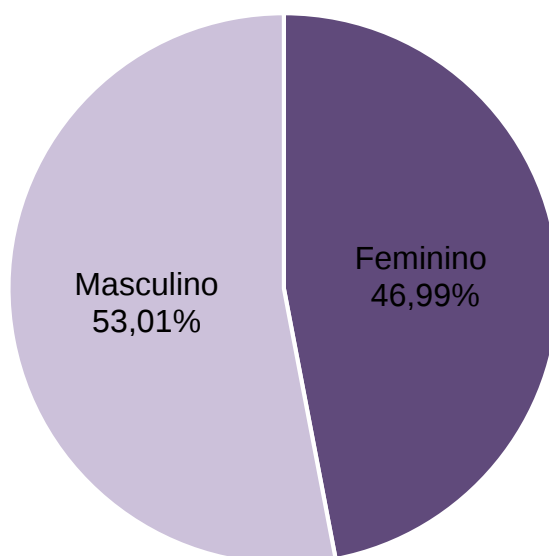
Nitidamente, a idade é um dos principais motivos para estas crianças não encontrarem um lar, visto que mais da metade tem 10 anos ou mais e apenas 5,32% dos pretendentes aceitam crianças nesta faixa etária. Este é um dado que reafirma grandes estigmas sociais, pois 42,62% dos pretendentes aceitam apenas crianças de até 3 anos. Neste caso, não seria exagero afirmar que grande parcela destes pretendentes busca crianças que no futuro não saberão que são adotadas ou crianças que possam ser moldadas conforme a vontade deles, que é definitivamente uma grande preocupação para os adotantes, que muitas vezes tem receio de adotar crianças com traumas passados por acreditarem não possuírem a capacidade lidar com um ser humano que precisa de cuidados e atenção especiais.

Desmistificar o quadro de que crianças mais velhas são “mais difíceis” de criar é um processo demorado e que precisa ser trabalhado com políticas públicas adequadas, que auxiliem aqueles que buscam a adoção como forma de filiação, com o intuito principal de ajudar as crianças. É claro que erradicar a questão das crianças abandonadas deveria ser o foco, porém, envolveria um trabalho ainda maior e que fosse capaz de contornar questões como a legalização do aborto, o auxílio à dependentes químicos, a descentralização das vagas de emprego nas cidades, a igualdade entre gêneros e inúmeras outras questões que afetaram e afetam

diretamente os pais e mães biológicos dessas crianças e, principalmente, as próprias crianças. Lembrando que o foco deste trabalho não é levantar os motivos pelos quais as crianças encontram-se em abrigos, os itens listados acima como causadores do abandono são apenas exemplos dentre muitos outros motivos que levam crianças aos abrigos.

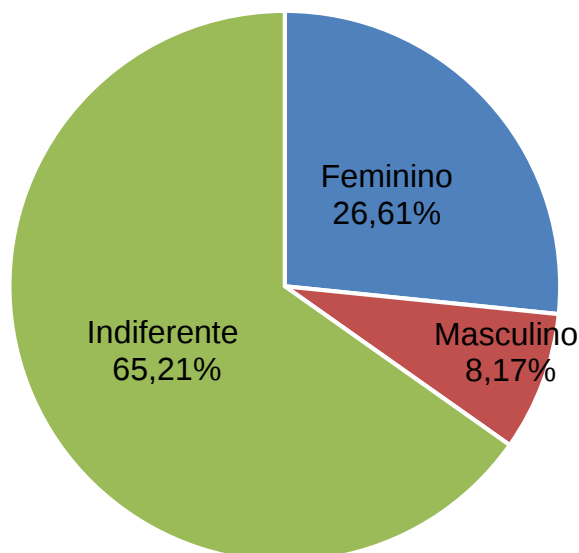
Por último, as figuras 9 e 10 ilustram, respectivamente, como são distribuídas as crianças conforme seu sexo e quais as preferências dos pretendentes com base na mesma referência.

Figura 9 - Crianças cadastradas pelo sexo



Fonte: elaborado pela autora com dados do CNA (2019)

Figura 10 - Preferência dos pretendentes pelo sexo



Fonte: elaborado pela autora com dados do CNA (2019)

Observando as figuras 9 e 10, é visível que o fator sexo não é determinante para definir o grande abismo que encontramos entre o número de crianças cadastradas e o número de pretendentes. Por mais que, conforme os gráficos apresentados, possamos concluir que meninas de 0 a 3 anos e brancas seja o perfil mais procurado, com base em tudo que vimos até agora é claro que este não é o principal motivo para tamanha discrepância entre as filas. Este foi e é também um dos mitos que percorrem o imaginário social, mas não é por esse motivo que as crianças continuam sem uma família.

É importante frisar que os gráficos acima ilustram o perfil de apenas 20% das crianças em abrigos, que é apenas a parcela apta à adoção, os demais 80% estão em situações variadas, entre estar no abrigo apenas durante a semana e aos finais de semana retornar para casa, em início de processo de quebra ou reestabelecimento de vínculo familiar, em caso de devoluções, em etapas de convivência familiar, enfim; são tantos os motivos que levam crianças à abrigos quanto são também inúmeros os motivos que as fazem permanecer lá, como a espera por alguém que a aceite como ela é ou porque já vai completar a maioridade e precisará deixar o abrigo. As situações são diversas e devem ser analisadas sempre em particular para que as necessidades das crianças sejam atendidas em detrimento daqueles que vão adotá-la.

A devolução de crianças não é incomum durante o processo de adoção (SENADO FEDERAL, 2013), e pode acontecer tanto no momento da convivência quanto após efetivado o processo. Neste último caso sendo aceita apenas quando a rejeição é tão intensa que não é saudável a permanência da criança na família. Nos processos de adoção, após encontrada a criança nas especificidades desejadas, é determinado um estágio de convivência entre ela e os pretendentes, onde estes a visitam frequentemente no abrigo e passam horas com ela todos os dias. O período de convivência e aproximação varia conforme as regras da Vara responsável pelo caso, o juiz e os próprios pretendentes. O rompimento da adoção só pode ser feito via decisão judicial de destituição do poder familiar e acarreta consequências graves no desenvolvimento de crianças que passam por essa situação.

Na maioria dos casos, a devolução acontece quando o adotante detém a guarda provisória, mas o processo de adoção não está finalizado. Mas depois de encerrado o processo, ainda que rara, ela também pode acontecer. Não há estatísticas oficiais, no entanto, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção de Santa Catarina revelou, em 2011, que cerca de 10% das crianças abrigadas em situação de conflito familiar no estado seriam oriundas de adoções que não deram certo. Se acontecer a devolução, cabe à Justiça buscar parentes da família adotiva que possam estar interessados em ter a guarda provisória da criança. A alternativa é o traumático retorno da criança a um abrigo. (SENADO FEDERAL, 2013, p. 21).

A adoção é uma troca mútua, em que todos saem ganhando. E é por isso que evidenciar aos adotantes que há mais crianças precisando de pais do que pais querendo estas crianças é um trabalho muito importante que grupos de apoio ao redor do país estão realizando com o intuito de quebrar mitos e mostrar que a adoção não deve ser encarada como um ato de caridade. É preciso mostrar aos adotantes quem são as crianças que estão nos abrigos, quais as necessidades destas crianças e por que não expandir as chances de encontrar alguém que possa realmente completar a sua família? Para Sandra Amaral, do grupo de apoio De Volta Pra Casa, que presta auxílio às famílias que optam pela adoção como forma de filiação

[...] muitos candidatos à adoção não conhecem a realidade das crianças que estão no abrigo, precisando de um pai e de uma mãe. É este o trabalho que os grupos fazem: mostrar que a adoção é investir a sua vida na vida de outra pessoa, sem querer nada em troca. Para ajudar e facilitar, pensem mais nas crianças que estão nos abrigos, porque pais para adotar há muitos esperando, em até mais quantidade do que crianças. (SENADO FEDERAL, 2013, p. 13)

Existem ao redor do Brasil inúmeros grupos de apoio que visam garantir a convivência familiar de todas as crianças e adolescentes institucionalizados. A

Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção (ANGAAD) já conta com mais de 130 Grupos de Apoio à Adoção (GAAs) ao redor do país. As equipes são formadas por voluntários que prestam auxílio àqueles que desejam adotar, no sentido de tirar dúvidas sobre o processo e expandir o conhecimento dessas pessoas sobre o ato da adoção.

4 A COMUNICAÇÃO COMO DISPOSITIVO TRANSFORMADOR DE REALIDADES

4.1 Convívio e mudanças sociais

A história da comunicação acompanha o ser humano desde a mais remota civilização, quando até mesmo os nossos ancestrais mais primitivos encontravam alguma forma de repassar mensagens com o intuito de se comunicar com aqueles que se relacionavam. Segundo Bordenave, por mais que não seja clara a maneira como os homens primitivos começaram a se comunicar, o que a história nos mostra é que os homens encontraram a forma de associar um determinado som ou gesto a um certo objeto ou ação (1997, p. 24). As pinturas rupestres são exemplos de expressões artísticas que serviam como forma de linguagem e, conseqüentemente, de comunicação.

Hoje, a comunicação assume diversas formas e está intrinsicamente ligada às maneiras como constituímos as relações humanas, que, como visto no capítulo inicial do trabalho, são definidas por normas já estabelecidas antes mesmo do ser humano nascer. Seja em notícias impressas ou televisionadas, embalagens de alimentos, capas de livros, filmes, músicas, redes sociais, campanhas publicitárias ou organizacionais, a comunicação faz parte do cotidiano do ser humano que está inserido em um contexto globalizado e plural. Diariamente e a todo momento somos atingidos por inúmeras mensagens que passam ou não despercebidas perante nossos olhos.

A comunicação, para o ser humano, significa, além de tudo, ser notado. A comunicação é um produto funcional da necessidade humana de expressão e relacionamento (BORDENAVE, 1997, p. 45). O ato de comunicar, de repassar uma mensagem se faz presente no desenvolvimento humano desde a sua gestação, no seu primeiro contato com o mundo e dura até o fim de sua vida. A comunicação como relacionamento faz parte de todas as civilizações humanas, em qualquer continente ou cultura. Segundo Berlo:

Qualquer situação de comunicação humana compreende a produção da mensagem por alguém, e a recepção dessa mensagem por alguém. Quando alguém escreve, alguém deve ler o que foi escrito; quando alguém pinta, alguém deve ver o quadro; quando alguém fala, alguém deve ouvir. (BERLO, 1999, p. 15).

E, além de necessária para o convívio social, a comunicação também é uma ferramenta poderosa que pode acarretar grandes mudanças no contexto social das populações. É por meio da comunicação que se dá a perpetuação de ideologias, credos, ensinamentos e qualquer tipo de informação. A comunicação, na sociedade da informação é essencial para que as pessoas em suas individualidades ou coletividades entendam e possam exigir seus direitos.

A comunicação é relacionada com a organização social em pelo menos três formas. Primeiro, os sistemas sociais produzem-se por meio da comunicação. A criação de um sistema de papéis presume comunicação prévia entre os membros do sistema. Por meio da adoção de papéis, da interação, um grupo de pessoas torna-se interdependente. As uniformidades de comportamento, a interdependência de objetivos, as coisas em comum envolvidas num sistema, as pressões quanto à obediência às normas – tudo isso é produzido pela comunicação entre os membros do grupo. (BERLO, 1999, p. 154)

4.2 Relações Públicas como instrumento de transformação social

Retomando conceitos do capítulo inicial, segundo os autores Durkheim (1999) e Chauí (2015) as relações estabelecidas durante a vida como todo e qualquer tipo de ação ou tomada de decisão não são derivadas de uma vontade individual. Ao contrário, entendemos que tudo que envolve a vida em sociedade é, mesmo que imperceptivelmente, carregado de valores sociais, políticos e econômicos. Valores estes que são perpetuados por gerações com o intuito de alimentar as necessidades do modelo político e econômico vigente. Neste contexto, é inevitável pensarmos o mundo como algo criado, uma vez que todas as instituições existentes até então foram e são frutos do próprio ser humano, assim como afirma Bordenave, o homem é ao mesmo tempo o produto e o criador de sua sociedade e sua cultura (1997, p. 8).

Neste sentido, até mesmo as profissões e a maneira como são criadas e divididas são arbitrárias, respondendo a referências iluministas e da Revolução Industrial e pautadas pelos interesses burgueses. E é justamente em um contexto de efervescência política que as relações públicas surgem nos Estados Unidos da América, quando inúmeros embates políticos envolvendo sindicatos e os donos de grandes empresas nos séculos XIX e XX estavam moldando a opinião pública. Neste momento, os grupos sindicais e monopolistas percebem que precisam de estratégias que coloquem a opinião pública a seu favor e é dessa forma que as Relações Públicas

surgem: como instrumento de difusão dos interesses monopolistas, mediados pela imprensa, em direção à sociedade, sob o patrocínio dos grandes capitalistas daquele momento histórico (NASSAR, 2012).

A tensão política existente que se dá através da opinião pública acerca dos conflitos das relações entre operários e patrões, faz com que

[...] os empresários passem a se preocupar com a opinião dos públicos que poderia prejudicar seus negócios e, portanto, seus lucros. Assim, os empresários buscam nos serviços especiais de imprensa (na verdade primeiras assessorias de Relações Públicas) seu principal instrumento para neutralizar opiniões contrárias, antecipar-se às denúncias e formar opinião favorável às organizações. O exemplo clássico disso é Ivy Lee, quando, em carta enviada aos principais jornais dos Estados Unidos, em 1906, afirma que seu trabalho consiste na divulgação de fatos de interesse público, referentes às empresas/instituições para as quais trabalha. Porém, a preocupação não está em modificar os procedimentos das organizações, mas simplesmente em cooptar a opinião pública. (BALDISSERA; SÓLIO, 2008, p. 55).

Assim, munidos do aparato político e capital necessários, os grandes empresários passam a utilizar as Relações Públicas como estratégia para manter os níveis de lucratividade e poder das organizações (BALDISSERA; SÓLIO, 2008, p. 56), mantendo dessa forma a opinião pública ao seu lado e contribuindo para a permanência da ideologia do Estado Mínimo, ideologia de Estado que quebra o poder social e político da classe trabalhadora organizada em associações, sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos (CHAUÍ, 2015, p. 81).

Importa dizer que os processos comunicacionais, nessa perspectiva, consistiam em ferramenta para informar o público sobre o que a organização desejava que ele soubesse, predispondo-o a agir de acordo com os objetivos dela. Na organização, a comunicação reduzia-se à função de informar aos trabalhadores o que, quando e como deveriam fazer. (BALDISSERA; SÓLIO, 2008, p. 56).

Segundo conceito de Chauí (2015) já abordado anteriormente sobre o neoliberalismo, com o enfraquecimento da classe trabalhadora, mesmo que um pequeno grupo sindical reivindique por direitos, não seria capaz de mudar efetivamente o sistema em que estão inclusos, no máximo teriam algumas de suas exigências acolhidas para que frente a opinião pública a organização não pareça ferir os direitos trabalhistas. No caso de uma revolução, seria necessário muito mais que um pequeno sindicato para efetuar grandes mudanças sociais. Para Chauí,

A revolução social comunista depende de um ponto fundamental, qual seja, que a classe explorada economicamente e dominada politicamente se perceba a si mesma como classe (e não como coleção de indivíduos),

reconheça que a sua identidade não lhe é dada pela nacionalidade, e sim pela posição que ocupa no sistema econômico (e que é a mesma para todos os trabalhadores em todas as nações), e decida erradicar a divisão social pondo um fim à sua causa, a qual opera desde o momento em que a propriedade tribal se transformou em propriedade privada dos meios sociais de produção. (CHAUÍ, 2015, p. 68).

Neste contexto, podemos considerar que as Relações Públicas surgiram para suprir as necessidades de visibilidade que as grandes corporações tinham frente aos seus públicos, seja ele interno (colaboradores) ou externo (empresas parceiras, governo, escolas, ONGs etc.). E assim, ao longo da trajetória do capitalismo, a profissão toma as feições a que estamos habituados hoje, sendo utilizada principalmente para o estreitamento de relacionamentos estratégicos, que envolvem tomadas de decisões nas esferas econômicas, políticas e sociais. Resumido por Steffen,

A ciência e a atividade de relações públicas guardam, em sua origem histórica, uma realidade marcada pela revolta da opinião pública norte-americana quanto ao comportamento das organizações. A reação às manifestações públicas – denotada pela frase histórica pronunciada por Vanderbilt, da Pennsylvania Railroad: “the public be damned”, “o público que se dane” (CANFIELD, 1991) – evidencia a existência de um sistema social em eminente situação de conflito, atribuindo às relações públicas uma natureza sociopolítica. (STEFFEN, 2009, p. 328).

Dessa forma, como poderia então, uma profissão oriunda dos interesses do capital, fomentar os interesses de lutas populares? Na verdade, neste caso, as ações de Relações Públicas não podem acontecer isoladas das demais áreas comunicacionais como jornalismo e publicidade, por exemplo. Segundo Peruzzo (2009, p. 421), “isso significa que as relações públicas comunitárias acontecem no âmbito mais amplo de conscientização-mobilização-ação de movimentos e organizações sociais e não de forma isolada”. Nesse sentido, as relações públicas possuem o papel de fortalecer a participação popular em movimentos sociais, uma vez que a comunicação em si é o meio de democratização de informação. E, é a partir do acesso à informação que a população começa a compreender seus direitos e de que forma pode exigir o cumprimento daquilo que é necessário para manter seu bem-estar social.

As relações públicas adquirem então um papel de transformação social à medida que as atividades oriundas do conhecimento do profissional não são elaboradas isoladamente, mas inseridas de modo orgânico nos movimentos sociais

(PERUZZO, 2009). E assim, a profissão se desvincula do papel econômico de sua origem. Para Peruzzo,

Quando se inserem nas práticas de movimentos sociais e de entidades sem fins lucrativos (ou de organizações de terceiro setor, para falar no sentido mais abrangente), as relações públicas têm seu *modus operandi* alterado. Este passa a constituir-se a partir das demandas das próprias organizações de base popular, respeitando a dinâmica coletiva, pois o que interessa é democratizar o saber e a técnica além de municiar o cidadão de capacidades que contribuam para a sua autoemancipação. (PERUZZO, 2009, p. 426).

Entende-se, portanto, que as relações públicas podem ser utilizadas em favor da cidadania ao ter a capacidade de articular ações em conjunto com movimentos sociais e, dessa maneira, fortalecer as estratégias destes para obtenção de melhorias na qualidade de vida da população.

4.3 Relações Públicas no campo da comunicação pública

As relações públicas estão inseridas no grande ecossistema da comunicação e, independentemente de sua posição dentro das organizações, devem assumir um papel estratégico na tomada de decisões. Para isso, o profissional precisa de espaço para implementar ações que sejam capazes de intermediar conflitos e prever comportamentos com base na avaliação e estudo de seus públicos. Segundo Kunsch:

[...] como função estratégica, as relações públicas devem, com base na pesquisa e no planejamento, encontrar as melhores estratégias comunicacionais para prever e enfrentar as reações dos públicos e da opinião pública em relação às organizações na dinâmica social. (KUNSCH, 2009, p. 201).

Esta definição é válida para qualquer setor em que as ações serão implementadas, seja privado ou público. A comunicação pública nada mais é do que toda ação comunicacional que envolve o interesse público e pode ser entendida como aquela praticada no espaço público democratizado, envolvendo os diferentes setores da sociedade (OLIVEIRA, 2009). E, dentro desse contexto, as Relações Públicas têm o papel de desenvolver políticas eficientes de relacionamento que estejam de acordo com estes interesses. Dessa forma, é evidente o importante papel das relações públicas na cidadania de direito, uma vez que qualquer ação pensada dentro desse setor comunicacional envolverá os direitos sociais da população.

A comunicação pública envolverá diretamente conceitos desenvolvidos no capítulo inicial do trabalho, onde foi descrito o caráter institucional das relações sociais a que todos estão dispostos. Quaisquer dos setores da economia se valem da comunicação pública, uma vez que é necessário estabelecer uma relação de confiança entre todos os públicos com os quais a organização tem contato direto e indireto. Ou seja, não é apenas uma exclusividade do terceiro setor, já que envolverá temas pertinentes às causas sociais também de empresas privadas, que se valem desse tipo de comunicação para criar uma imagem institucional que agrade aos seus clientes.

A comunicação pública deve ser pensada de maneira integrada, e o papel das relações públicas dentro desse sistema deve ser de gestão comunicacional, assim como é encarada sua atuação em grandes organizações privadas, que envolve grandes acordos e tomadas de decisões estratégicas para os negócios. Kunsch ressalta que

Para as relações públicas, exercer a função estratégica significa ajudar as organizações a se posicionarem perante a sociedade, demonstrando qual é a razão de ser do empreendimento, isto é, sua missão, quais são seus valores, no que acreditam e o que cultivam, bem como a definirem uma identidade própria e como querem ser vistas no futuro. (KUNSCH, 2009, p. 201).

Como gestora de uma comunicação integrada, qualquer estratégia aplicada dentro desse contexto será capaz de moldar a opinião pública e, conseqüentemente a percepção que uma camada da sociedade tem sobre determinado assunto ou determinada organização. Fato é que, as relações públicas surgem em um contexto em que eram utilizadas a favor de interesses capitalistas e partem para outro onde suas competências podem auxiliar na criação e gerenciamento de políticas públicas e seus efeitos na sociedade em geral. Ou seja, como afirmado anteriormente, tem alto valor até mesmo na efetivação da cidadania de direito.

4.4 Opinião pública: estereótipos e ferramenta de transformação

No início do capítulo foi estabelecida a relação entre o surgimento das relações públicas e o contexto social da época. E é justamente em meio à revolta da opinião pública frente o comportamento das organizações perante a sociedade que é estabelecida a base para o desenvolvimento de uma atividade profissional

fundamentada como ciência social particular, que intervém no sistema social organização-públicos, identificada como relações públicas (STEFFEN, 2009, p. 328).

Mas afinal, o que é opinião pública e de que maneira ela afetaria o desenvolvimento de organizações a ponto de ser necessário o surgimento de um novo modelo de negócio e mais ainda, de uma nova profissão? A opinião pública é de fato a opinião da maioria ou é moldada conforme os interesses daqueles que detém o poder da agenda das mídias? De fato, são inúmeras as perguntas que cercam o campo das pesquisas de opinião pública e até mesmo o seu significado. Ao estudar o conceito nos deparamos com inúmeros estudiosos que conferem ao tema significados diversos, como Prada, para quem o resultado de opiniões individuais sobre os assuntos de interesse comum que se origina nas diferentes formas de comunicação humana (TUZZO, 2005).

Já Lippman (2008) afirma que a junção de imagens nos são apresentadas por meio de estereótipos, uma vez que os seres humanos não são capazes de vivenciar tudo em apenas uma existência, seria impossível a partir de suas narrativas individuais conceber conhecimento sobre tudo que há no mundo, dessa forma, aceita-se aquilo que nos é colocado à frente como verdade. Segundo o autor,

Na maior parte das vezes, não vemos primeiro para depois definir, mas primeiro definimos e depois vemos. Na grande confusão florida e zunzunte do mundo exterior colhemos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber o que colhemos na forma estereotipada, para nós, pela nossa cultura. (LIPPMANN, 2008, p. 85).

E ainda,

Um relato é o produto conjunto do conhecedor e do conhecido no qual o papel do observador é sempre seletivo e geralmente criativo. Os fatos que vemos dependem da posição em que estamos colocados e dos hábitos de nossos olhos. (LIPPMANN, 2008, p. 150).

Para Lippman (2008, p. 156) não há tempo nem oportunidade para o conhecimento íntimo. Ao invés disso, notamos um traço que marca um tipo conhecido e enchemos o resto do quadro com estereótipo que trazemos na cabeça. Estes estereótipos circulam toda a construção de sentido do ser da sociedade e podemos nos valer de muitos exemplos práticos como a questão da desigualdade salarial entre homens e mulheres ou até mesmo a maneira como a adoção ainda é encarada, sendo muitas vezes a última opção para pessoas que não conseguem ter filhos biológicos.

Nesse sentido, para a desconstrução de tais conceitos, apenas uma educação libertadora e sem estigmas seria capaz de tornar as pessoas conscientes.

Um exemplo de caso em que o estereótipo é a trama central envolvendo os personagens encontra-se no livro “Cabeça de Porco” citado anteriormente. Na história uma senhora branca pega um elevador e, logo em seguida, um rapaz negro embarca. Na narrativa é descrito que no imaginário da senhora, aflita, a única continuidade possível da situação seria um assalto, porém, ao chegar em seu andar de destino, o rapaz simplesmente deseja uma boa tarde e sua previsão não é realizada. Mas, por que esta senhora se sentiu tão ameaçada apenas com a presença do rapaz dentro do elevador? Isso acontece porque no imaginário social é comum relacionar negros a roubos, o racismo interiorizado nas pessoas, mesmo que elas não percebam. Quando crescemos com uma imagem estereotipada em nossas mentes é comum que isso venha à tona em determinadas situações. Para esta senhora, por exemplo, que cresceu em uma sociedade estruturalmente racista, ouvindo discursos segregacionistas e correlacionando manchetes tendenciosas de notícias à realidade, aquele momento parecia uma sina, o destino, pois para a personagem parecia inevitável que aquele rapaz, simplesmente por causa da cor de sua pele, fosse assaltá-la.

É comum que os estereotipados já estejam habituados a situações como estas. No caso da narrativa, no momento do ocorrido o próprio rapaz deve ter reparado nas reações da senhora o que se passava. Isto tudo é fruto do passado colonial brasileiro que deixou marcas profundas na constituição da sociedade. A opinião pública aqui aparece como um reforço a estes estereótipos, que, segundo Lippman (2008, p. 152), são formas que não procedem apenas da arte, no sentido da pintura, da escultura e da literatura, mas também de nossos códigos morais, filosofias sociais e agitações políticas. Lippmann (2008) também considera a opinião pública como a média entre opiniões de determinado grupo em determinado momento. Logo, podemos considerar que o fenômeno da opinião pública é também um fator crucial para a construção de sentido dos símbolos sociais. Para Chauí, precisamos partir das relações sociais para compreender o que, como e por que os homens agem e pensam de maneiras determinadas, sendo capazes de atribuir sentido a tais relações, de conservá-las ou de transformá-las (2004, p. 8). Para justificar determinados

significados que tomamos como verdadeiros é imprescindível considerar a influência da opinião pública e, conseqüentemente, dos grandes meios de comunicação em massa.

Os meios de comunicação em massa são os maiores formuladores da opinião pública se levarmos em consideração a perspectiva de Lippmann. Todas as instituições sociais estão a mercê daquilo que os meios de comunicação exprimem como verdade, seja pela televisão, rádio, jornais, campanhas publicitárias ou organizacionais. Grande parte da população formula suas crenças a partir daquilo que é exposto através das grandes mídias, até mesmo seus comportamentos serão moldados dessa forma. O estilo de vida exposto em comerciais e novelas tornam-se objeto de desejo e é tido como o natural para o ser humano que alcançar tais perspectivas de vida seria como alcançar também uma vida plena e feliz. Sendo assim, a opinião pública tem a função social de selecionar os temas prioritários que tornem possível a fixação da atenção pública (ESTEVES, 2015, p. 278). E com isso também é capaz de influenciar a criação de políticas públicas que sejam voltadas para o atendimento das necessidades da população.

A partir destes conceitos, entendemos que aquilo que vimos em Durkheim (1999), está também relacionado ao fenômeno da opinião pública, uma vez que ela também serve como ferramenta para moldar costumes e valores sociais.

4.5 Relações Públicas e a Opinião Pública

As Relações Públicas surgem num contexto de efervescência da opinião pública, sendo assim, como premissa, deve auxiliar na formação da opinião dos públicos de interesse daqueles que representa. Dessa forma, o campo de estudos da opinião pública é parte essencial do programa de qualquer curso superior de Relações Públicas. Aqui, nos utilizaremos da definição da profissão segundo o acordo do México:

O exercício da profissão de relações públicas requer ação planejada, com apoio da pesquisa, comunicação sistemática e participação programada, para elevar o nível de entendimento, solidariedade e colaboração entre uma entidade, pública ou privada, e os grupos sociais a ela ligados, em um processo de integração de interesses legítimos, para promover seu desenvolvimento recíproco e da comunidade a que pertencem. (KUNSCH, 1997, p. 50 apud TUZZO, 2005, p. 63).

Segundo Kunsch, a autora relaciona a atividade de relações públicas à opinião pública da seguinte forma:

A organização social deve identificar-se perante a opinião pública, cabendo às relações públicas, por meio de um planejamento fundamentado em pesquisas e na análise ambiental, ajudar a definir os melhores caminhos para que ela atinja mais eficazmente os diversos públicos, graças a ações perfeitamente integradas no composto da comunicação. Neste composto da comunicação, um importante papel reservado às relações públicas é o de gerenciar ou administrar questões controvertidas que envolvem o posicionamento da organização perante os públicos e a opinião pública, (KUNSCH, 1986, p. 133 apud TUZZO, 2005, p.64).

É papel dos profissionais de Relações Públicas, criar e manter junto ao público uma imagem positiva da organização que representam, seja ela pública ou privada. E, para isso, pode valer-se de estratégias que envolvam todo o contingente comunicacional da empresa, assim como valer-se de relacionamentos estratégicos com os mais diferentes públicos que influenciam os negócios da organização. Porém, não é apenas no intuito de apenas criar uma boa imagem que devem se concentrar os esforços dos Relações Públicas, ao contrário, as mudanças devem acontecer de dentro para fora da organização, de modo que não seja tão somente a percepção da imagem a mudar, como também toda a filosofia e cultura da empresa, tornando-se necessário mudar como a empresa se apresenta para fora.

Como detentora de um poder tão grande, capaz até mesmo de moldar a opinião pública, as ações de relações públicas devem sempre levar em consideração temas sociais e o bem-estar daqueles que serão diretamente atingidos por suas decisões. É claro que sabemos que este nem sempre é o cenário, pois podemos observar diversos casos em que o papel dos relações públicas não passa de uma máscara que camufla procedimentos ilegais dentro de grandes organizações. E, infelizmente, em casos como estes quem paga é, certamente, a população. Podemos citar, por exemplo, o desastre de Mariana em novembro de 2015, quando o rompimento da barragem em Minas Gerais deixou 19 mortos. Neste caso, a falta de um tratamento humanitário da questão frente às pessoas atingidas pela tragédia causou tensões na opinião pública.

A Samarco Mineradora, após a tragédia, manteve uma postura questionável, ao se omitir por um longo período depois do acontecimento, gerando assim uma grande pressão da opinião pública acerca da sua responsabilidade para com as pessoas atingidas pela tragédia. De acordo com Ashley (2005), em qualquer situação de dano, seja ele ambiental, cultural ou social, as

organizações devem ter funcionários capacitados para se reportar a comunidade, sempre com veracidade nos fatos e de prontidão para situações emergenciais como essa mencionada, pois toda e qualquer notícia pode tomar repercussões ainda mais catastróficas quando não tratada da maneira correta. (GOULART; TEIXEIRA; KEGLE, 2017, p. 8).

Certamente não há nenhuma estratégia comunicacional que seja capaz de apagar o ocorrido, porém, uma relação de transparência deveria ser construída com a população. Este é um caso claro onde o papel das relações públicas seria essencial para retratação da organização a partir de uma estratégia de gerenciamento de crise comunicacional. A falta de uma resposta demonstra também a falta de humanidade da empresa, que frente ao ocorrido deveria ter tomado as providências cabíveis de imediato. E ainda hoje o que resta para o povo atingido pela tragédia são as cicatrizes e lembranças do que um dia foi um lar para muitas pessoas.

Nesse sentido, é preciso entender que quando temos à nossa frente a possibilidade de moldar os sentimentos alheios, é porque atingimos um nível de privilégio tão alto quanto é possível na sociedade atual. Qualquer espaço em que nossas vozes possuem mais força que um grupo inteiro é um espaço de privilégios e, nesse sentido, as relações públicas, quando ocupam esta posição, tem o poder de transformar realidades. E é por isso que a profissão precisa ter um olhar panorâmico sobre as realidades sociais, visto que vivemos em uma sociedade em que a maioria sobrevive com menos de um salário mínimo por mês e a minoria pode optar por almoçar todos os dias em restaurantes de luxo nas grandes capitais brasileiras.

5 COMUNICAÇÃO E OPINIÃO PÚBLICA EM CAMPANHAS DE ADOÇÃO NACIONAIS

A adoção é um tema que está diretamente ligado aos direitos das crianças, como já mencionado anteriormente. Dessa forma, é um tema pertinente à agenda da comunicação pública que concorda diretamente ao que vimos até agora sobre a construção da opinião pública.

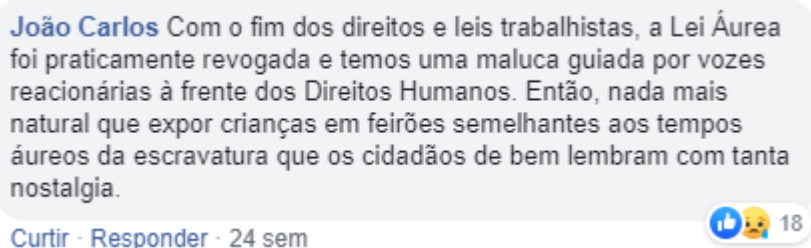
Tratando-se de um tema de relevância nacional, é comum nos depararmos com diversas campanhas publicitárias que tem a adoção como trama central. A Coca-Cola e a Natura são exemplos de grandes empresas que já utilizaram o tema em comerciais da TV aberta. Sendo assim, podemos considerar que apesar de ser um tema de preocupação pública, ele é tratado por várias empresas como forma de aproximação com seu público, seja porque buscam um apelo emocional ou porque acreditam que podem fazer a diferença na vida dessas crianças e adotantes.

5.1 Objetos de análise

No intuito de atingir os objetivos pretendidos, serão analisadas duas campanhas nacionais de adoção tardia, uma que não teve apreço frente à opinião pública e outra que, administrada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, teve espaço em reportagens de todas as emissoras abertas da TV de forma positiva.

O primeiro objeto de análise será a “Adoção na Passarela”, evento que ocorreu no dia 21/05/2019 no Pantanal Shopping, em Cuiabá. A campanha tratava-se de um desfile, parte da programação da chamada “Semana da Adoção”, que, segundo seus organizadores, contava com palestras e seminários sobre o tema, além de atividades para crianças. Como item final da programação, o desfile tinha como intuito apresentar as crianças residentes de abrigos e aptas à adoção aos pretendentes, além de dar espaço também às famílias que haviam realizado a adoção na primeira edição do evento, em 2016. Este caso repercutiu de maneira muito negativa nas redes sociais, com pessoas que chegaram a comparar a campanha à venda de pessoas escravizadas, conforme figura 11 abaixo, retirada de um post do Facebook:

Figura 11 – Comentário sobre a campanha Adoção na Passarela



Fonte: BBC News (2019)

O segundo caso analisado será a campanha do Tribunal de Justiça de São Paulo, “Adote um boa noite”, em que crianças institucionalizadas acima de sete anos têm seus perfis divulgados para suscitar interesse em possíveis pretendentes de adoção. Neste caso, quando buscamos notícias acerca da campanha, os olhares são positivos e indicam que estas crianças teriam mais chances de serem escolhidas por uma nova família por conta da campanha. Porém, ao contrário da primeira, esta não teve tanto alcance nas redes.

Pensando na comunicação pública com foco nessas duas campanhas, analisaremos de que forma a percepção da opinião pública recai sobre cada um dos casos, visto que em ambos as identidades das crianças são divulgadas a fim de um mesmo objetivo: serem adotadas.

Para efeito de análise, será utilizada uma reportagem transmitida na rede Globo no programa Fantástico no dia 26 de maio de 2019 e comentários da rede social Facebook derivados de um post sobre a notícia do evento “Adoção na Passarela” da página da BBC News Brasil. Estas escolhas se devem pelo fato de a emissora Globo ter uma das maiores audiências no Brasil e, conseqüentemente, maior penetração nacional, possuindo também retransmissões internacionais. Além disso, por tratar-se de um programa jornalístico, a abordagem tende a ser mais neutra, com amostragem de dados e entrevistas com personagens reais. A escolha do Facebook e do post em específico se deve ao grande alcance que a notícia teve quando da sua divulgação, além daquela tratar-se da segunda rede social mais utilizada pelos brasileiros, segundo relatório *Digital in 2019*, formulado pela *We Are Social* e esta ter sido uma das publicações com maior número de interações no tema.

5.1.1 Fantástico

O Fantástico é um programa de televisão brasileiro exibido aos domingos desde 1973. O intuito do programa é reunir os temas mais relevantes da semana anterior e transmiti-los em formato de reportagens informativas. É o último programa exibido aos domingos em horário acessível à grande parte da população, que por vezes encontra-se em casa para iniciar a semana novamente no dia seguinte. Além disso, é fruto de vínculos com a população brasileira, uma vez que dificilmente encontra-se alguém que não conheça ao menos a vinheta inicial do programa. À data da exibição da reportagem escolhida, o programa alcançou 18,5 pontos de audiência, segundo o R7, sendo cada ponto equivalente a 73 mil domicílios sintonizados na grande São Paulo.

5.1.2 Facebook

A rede social idealizada por Mark Zuckerberg e seus três colegas de quarto da Universidade de Harvard foi lançada em fevereiro de 2004 e conta atualmente com mais de 2 bilhões de usuários ativos mensalmente ao redor do mundo, segundo pesquisa da *We Are Social*. Segundo a pesquisa, 59% de seus usuários possuem entre 18 e 44 anos e é utilizado em sua maioria via *smartphones* e *tablets*. O Brasil é o 3º país no mundo com maior acesso quantitativo à rede referida, atrás apenas da Índia e Estados Unidos da América, com um número de 130 milhões de acessos mensais, o que corresponde à aproximadamente 62% do total da população brasileira, segundo dados estimativos do IBGE de 2019 que também mostram uma penetração de 70% da população do país no acesso à internet.

5.1.3 Post página BBC News Brasil

A página, derivada da BBC Brasil, fundada em 1938 e marcada pela proeminência da Segunda Guerra Mundial, segundo dados da própria página, foi criada em 2010. Ela conta com mais de 3 milhões de seguidores e o post referido,

divulgado em 22 de maio de 2019, teve mais de 1,1 mil curtidas, 1,4 mil compartilhamentos e 4,5 mil comentários.

5.1.4 Adoção na Passarela

A “Adoção na Passarela” foi uma iniciativa da Associação Mato-grossense de Pesquisa e Apoio à Adoção (Ampara), grupo integrante da Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção (ANGAAD) e contou com o apoio da Comissão de Infância e Juventude (CIJ), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MT) que representa o Estado onde foi realizado o evento, e de outras entidades que, além de auxiliarem na organização do evento, ofereceram serviços como roupas e maquiagem para as crianças, nestes últimos casos, as próprias lojas do shopping se disponibilizaram para doação.

A ação foi realizada no dia 21 de maio de 2019 no Pantanal Shopping, um dos maiores de Cuiabá, e teve o apoio do Ministério Público da Infância de Cuiabá para sua realização, como pode ser visto na reportagem. O evento contou com a presença de 18 crianças e adolescentes que esperavam por uma família e seu intuito era divulgar a adoção tardia. Esta foi a segunda edição do evento, sendo a primeira realizada em 2016 e que não obteve a mesma repercussão.

Para a realização do evento foi montada uma passarela no principal corredor do Shopping, como mostrado na reportagem do Fantástico e conforme Figura 12, abaixo. Foram convidadas famílias com filhos adotivos e pretendentes cadastrados em programas de adoção para participar. Vale ressaltar também que, segundo nota oficial dos organizadores, nenhuma criança ou adolescente foi obrigado a participar da ação e que todos expressaram alegria pela possibilidade que o evento daria a eles de serem vistos, apesar de não terem a certeza de que seriam adotados.

Figura 12 - Imagem de duas crianças desfilando no evento Adoção na Passarela

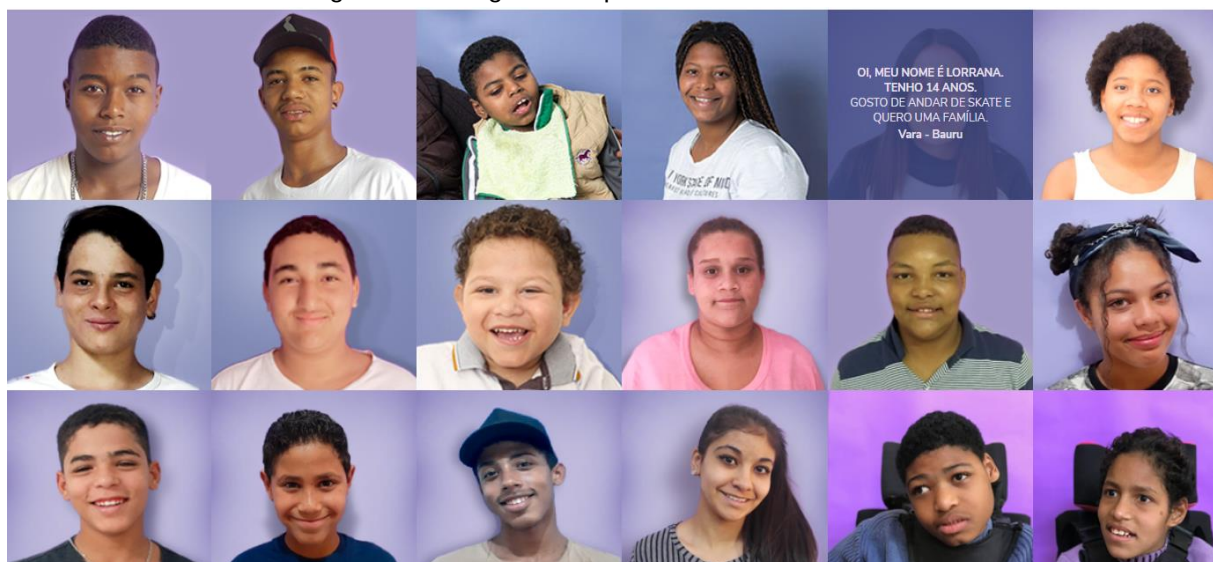


Fonte: BBC News (2019)

5.1.5 Adote um boa noite

A campanha Adote um boa noite é uma iniciativa do Tribunal de Justiça de São Paulo que está no ar desde 12 de outubro de 2017. O projeto foi desenvolvido em parceria com a agência de publicidade F/NAZCA e foi vencedora do prêmio Inovare de 2018. Trata-se de um site aberto que reúne fotos e relatos de crianças e adolescentes que se encontram na fila de espera de adoção do Estado mencionado, conforme Figura 13, abaixo. A campanha também contou com o apoio de meios de comunicação em massa que auxiliaram na divulgação do projeto. Na rede Globo, por exemplo, à data do lançamento da campanha, foi transmitida uma edição especial sobre o tema no Globo Esporte, além da emissora também ter retratado a campanha no Jornal Nacional no mesmo dia.

Figura 13 - Imagem Campanha Adote um boa-noite



Fonte: Tribunal de Justiça de São Paulo (2019)

Para os possíveis interessados nas crianças expostas, o site disponibiliza o passo-a-passo para realização da adoção. Porém, mesmo após o cadastro, não significa que tais crianças estarão disponíveis até a finalização do processo que se inicia nas Varas de infância do Estado. Segundo Iberê Dias, um dos entrevistados pelo Fantástico, juiz de uma das Varas de Infância de São Paulo, à data da reportagem, afirma que oito adoções haviam sido realizadas até então via Campanha e que 27 processos estavam em andamento.

A campanha se apoia no fato de que o “boa-noite” tem um significado ainda maior para crianças em abrigos. Isso porque, nos abrigos, os quartos são coletivos, assim como todas as outras atividades, porém, ao se ter uma família, o momento em que são colocados para dormir é único, pois representa o cuidado, a preocupação e denota individualidade. Segundo o vídeo da campanha disponível no site: um “boa-noite” não é só uma saudação, mas o agradecimento pelo dia que vai e a proteção pelo dia que vem.

Segundo informações do site Instituto Innovare, todas as crianças que aparecem na campanha estão cientes de que esta talvez não seja a resposta para a sua adoção e, antes de serem escolhidas, passam por um crivo de psicólogos e assistentes sociais que são incumbidos de realizar o acompanhamento necessário para que a criança ou o adolescente considere a prática como positiva, independente do seu resultado.

5.2 Metodologia: Estudo de Casos

A metodologia escolhida para análise das campanhas foi o estudo de caso e para tal, será utilizada a visão de Almeida (2016) que afirma: “O estudo de caso circunscreve empiricamente cada caso no fluxo dos acontecimentos e de forma situada” (p. 60). A escolha se deve pelo fato de que esta metodologia possibilita uma análise abrangente das campanhas escolhidas com base em seu contexto social e por meio dos dados apresentados nos capítulos anteriores do trabalho. Segundo Almeida trata-se de uma investigação cuja finalidade é descrever e analisar acontecimentos, agentes e situações complexas, com dimensões variáveis em interconexão (2016, p. 61). Dessa maneira, a partir da base teórica exposta, será delineada uma análise com base nas particularidades e semelhanças de ambos os casos.

O primeiro passo para aplicação da metodologia foi a construção de um arcabouço teórico no capítulo 2 que possibilitasse a interpretação dos dados apresentados nos capítulos 3 e 4, retirados de fontes secundárias. Para efeitos de análise, foram escolhidas duas campanhas que utilizam imagem de crianças que se encontram na fila de espera adoção, porém, que tiveram reações adversas quanto a sua intenção. Como se trata de dois acontecimentos distintos, será feita uma investigação de vários casos, como elucida Almeida:

A investigação de vários casos [...] não tem a pretensão da representação estatística, mas é uma estratégia metodológica para produzir comparação entre diferentes complexidades em torno de um problema comum. A delimitação não segue propriamente critérios probabilísticos. Buscam-se variações e não uniformidade. (ALMEIDA, 2016, p. 65).

Além disso, segundo as definições do autor, para este trabalho será feito um estudo de caso analítico que tem por objetivo problematizar as interpretações correntes do que está sob investigação (ALMEIDA, 2016, p. 65), ou seja, por meio das campanhas escolhidas, serão elaboradas hipóteses e críticas acerca das reações geradas por elas e assim, espera-se gerar reflexões sobre o tema proposto.

Por fim, os critérios estabelecidos para realização da análise e comparação foram o local de realização da campanha e a maneira como as crianças foram

expostas, as reações adversas nas redes sociais, mais especificamente em posts do Facebook e as entrevistas realizadas na reportagem do programa Fantástico.

5.3 Estudo de Caso: aproximações e distanciamentos entre as campanhas Adoção na Passarela e Adote um boa-noite

A apresentação dos objetos de análise acima, juntamente com a contextualização teórica e quantitativa dos capítulos iniciais tinham como pretensão, além de elucidar o leitor sobre o assunto proposto e as campanhas, estabelecer caminhos para a construção de uma análise crítica sobre a situação de crianças institucionalizadas, principalmente no que se refere à sua posição em campanhas de comunicação e na esfera da opinião pública brasileira, esta última com base em reações nas redes sociais.

Como estabelecido ao longo do trabalho com o posicionamento de autores como Chauí (2015), Durkheim (1999) e Marx (2007), utilizaremos o conceito de que o homem é criador de sua própria condição social e assim, toda e qualquer significação deriva de suas próprias ações. Neste sentido, é interessante dizer neste momento que a adoção, como instituição criada pelo próprio homem, também é fruto de suas ações antecessoras, que vêm desde muito antes da existência do enorme contingente de crianças abandonadas no pós-Guerra na Europa.

Com estas predileções em mente, em primeiro lugar faremos a análise dos locais onde as campanhas foram realizadas e de que maneira isso influencia o entendimento de seu intuito para a opinião pública. A primeira campanha, Adoção na Passarela, aconteceu em um shopping, local privado, mas teoricamente de acesso público. Teoricamente pois não é incomum nos depararmos com notícias dizendo que pessoas foram barradas em entradas de shoppings por não corresponderem ao perfil de público do local, como aconteceu no caso da excursão da escola municipal Francisca de Almeida à uma exposição que acontecia no shopping JK Iguatemi, em São Paulo, em que 120 crianças e seus educadores foram impedidos de entrar no local sob a alegação de uma funcionária que disse tratar-se de um espaço de elite. Segundo informações do G1, o caso, que ocorreu em março de 2019, só foi resolvido após o contato da diretora da escola com a Secretaria da Educação do município, que

articulou junto à organizadora da exposição, a entrada dos alunos que já possuíam os ingressos antes de chegar ao local.

Sendo assim, o local onde foi realizado o desfile pode ser considerado como palco de injustiças sociais, independentemente de ter situações como a exposta acima divulgadas pela mídia. Um shopping é um lugar que simboliza o consumo e como cenário do desfile propiciou que as crianças estivessem expostas aos convidados do evento e ao público geral do shopping, o que denota o sentido de que as crianças também estariam dispostas nos corredores como mercadorias. E, para além disso, o shopping também consome a distância entre as crianças participantes do desfile e essa realidade, uma vez que grande parte delas não possui recursos para consumir o que está exposto neste local. Em comentários do Facebook retirados do post da BBC News sobre o evento observamos as seguintes reações de usuários sobre a exposição:

Figura 14 – Comentários sobre a campanha Adoção na Passarela

Dulce Salustiano Que pessoas são essas que escolherão seus "futuros filhos" num desfile, como mercadorias?

Curtir · Responder · 24 sem   27

Mônica Batistella Existem meios dignos de se ajudar na adoção, sem necessidade alguma de expor uma criança à uma coisa horrível dessa! Criança não é mercadoria, elas já sofrem demais com o fato de estarem no abrigo, respeito é o mínimo que elas devem receber, e esse "evento" foi um completo desrespeito com elas!

Curtir · Responder · 24 sem   27

Stroe Elen Entendo talvez uma possível boa intenção. Porém, crianças abandonadas, não podem ser oferecidas como mercadoria! Adoção tem que ser feita pela conexão e não pela aparência e como elas se mostram. Para elas, talvez não tenham entendido a ideia, mas para mim, ficou bem estranho. Ficou parecido na época que os escravos eram demonstrados em feiras para os comerciantes. Poderiam terem pensando como um deles "será que eu gostaria de passar por isso?" Mais uma falta de empatia, comprovada. Que triste! 😞

Curtir · Responder · 24 sem

Fonte: BBC News (2019)

Com base na figura 14, observamos que há a associação por parte dos usuários entre as crianças e a suposta posição de objeto de consumo em que estão colocadas. Porém, observa-se também, como é no caso do comentário de Stroe Elen, que há a interpretação de que o intuito do evento era positivo, mas que, pelas circunstâncias adquiriu significados contraditórios. Assim é reafirmado o papel social de significação das coisas, que será determinado a partir do contexto inserido.

Na reportagem do Fantástico, quando o jornalista apresenta o local de realização do desfile, também é mencionado que a polêmica gerada foi justamente a exposição das crianças ao público geral do shopping, que poderia optar por acompanhar o evento ou apenas continuar seus afazeres, o que implicaria apenas em sua passagem pelo local, como faria com alguma loja que não tivesse interesse de entrar. A reportagem também menciona que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pediu esclarecimentos sobre o apoio do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJ-MT) ao evento e, como resposta, o juiz e coordenador do TJ-MT, Tulio Souza, afirma que a iniciativa tinha como objetivo dar visibilidade às crianças que não representam a preferência daqueles que procuram a adoção como forma de filiação, como visto no capítulo 3. O evento também contou com a aprovação do Ministério Público de Mato Grosso e da Comissão de Direitos da Infância e da Juventude da OAB de Mato Grosso que, após as críticas, receberam o apoio do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil via nota oficial publicada em 31 de maio de 2019 no próprio site do órgão.

No caso da campanha Adoção na Passarela, percebe-se que não houve o cuidado em analisar o local de realização do evento e as possíveis interpretações que isso poderia acarretar a opinião pública e principalmente para as crianças. Neste sentido, o trabalho de um relações públicas seria primordial, uma vez que um de seus papéis é justamente identificar de que maneira os públicos envolvidos na ação se sentiriam em determinados contextos. O relações públicas atua na gestão estratégica justamente porque uma de suas principais funções é ter um olhar crítico capaz de antecipar as mais diversas situações que podem ser desencadeadas por determinada decisão e, no caso do desfile, poderia ter atentado aos organizadores que talvez o local e o formato da ação não fossem os mais adequados para o intuito desejado, pois, por mais que existam boas intenções não basta apenas colocá-las em prática,

como também é necessário estudar a melhor maneira de aplicá-las para que os significados desejados sejam atribuídos a estas intenções. Como vimos em Chauí (2015) a vida é delimitada por símbolos que o próprio homem cria para se estabelecer como ser.

A segunda campanha a ser analisada, “Adote um boa-noite”, lançada no dia das crianças de 2017, assim como a campanha anteriormente citada, se utiliza das imagens de crianças e adolescentes que não se enquadram no perfil desejado por adotantes. Porém, há uma diferença crucial no que diz respeito ao local de exposição dessas crianças. A campanha online, apesar de estar também sob o domínio público só será encontrada, na maioria dos casos, por aqueles que buscarem pelo tema na internet ou se caso se deparem com alguma divulgação da campanha por outra mídia. Assim, ao contrário da primeira, as crianças não estariam expostas a um público que não está interessado pelo tema. Porém, é interessante frisar que apesar das diferenças de local, ambas as campanhas são pautadas em gerar visibilidade sobre a adoção tardia por meio da imagem dessas crianças que também em ambos os casos foram orientadas e acompanhadas sobre os objetivos das ações. Mas, ao contrário do que se espera, a campanha do Tribunal de Justiça de São Paulo, apesar de vencedora de um dos mais importantes prêmios publicitários do país, não obteve tanta visibilidade nas redes sociais quanto aquela que causou controvérsia na opinião pública.

Esta sensibilização causada pela primeira campanha pode ser justificada pela grande repercussão dada pelas redes sociais, visto que em 2016, quando aconteceu a primeira edição do desfile, esta não obteve tanta visibilidade, apesar de ter resultado em duas adoções por parte de pretendentes que participavam do evento. Nota-se então que a mediação das redes sociais é extremamente importante na pauta de temas relevantes. A segunda campanha, por exemplo, não obteve sucesso no Facebook, o que seria deveras importante para seus resultados, uma vez que, como dito anteriormente, aquela é uma das redes sociais mais utilizadas pelos brasileiros. Neste caso, entende-se que o trabalho do RP poderia incluir um planejamento estratégico de divulgação por meio de ferramentas que aumentem o alcance da campanha em redes sociais para que seja encontrada por pessoas que se enquadrem nos perfis necessários para realizar a adoção tardia.

Mencionada também na reportagem do Fantástico, a campanha “Adote um boa-noite” é citada como exemplo entre outras iniciativas que acontecem pelo país, porém, apenas esta tem espaço de fala de um de seus representantes, o juiz Ibere Dias, que afirma que pessoas que eventualmente se interessarem pelas crianças ou adolescentes do site devem entrar em contato com a Vara de Infância da cidade para dar início ao processo. Nessa fala, entende-se também que as pessoas serão guiadas pela aparência física das crianças na escolha, apesar de serem divulgadas as fotos e junto com elas frases que as próprias crianças disseram em entrevistas.

Em entrevista concedida ao Fantástico é conhecida a história de Pâmela que foi adotada na primeira edição da “Adoção na passarela”. Pâmela afirma que foi por meio do evento que passou a ter a visibilidade necessária na sociedade para ser adotada, uma vez que foi através da campanha que sua mãe a conheceu. A entrevistada ainda menciona o fato de que embora os cuidadores deixem claro que o intuito do evento não é a efetivação da adoção, para as crianças participantes, o evento não adquire outro significado se não o encontro de uma possível família.

Com base nessa entrevista é possível imaginar que, embora as crianças tenham um acompanhamento em ambas as campanhas, é algo inerente ao seu pensamento de que alguém se interesse em adotá-las quando participam de algo do tipo. Crianças em abrigos, como mencionado no capítulo 3, buscam pela chance de serem vistas e assim, quando o são fisicamente ou quando participam de campanhas que as colocam em evidência mesmo na internet, as suas esperanças de serem escolhidas são alimentadas, mesmo que estas expressem que entendem o intuito de determinadas ações. Além disso, como também já foi colocado, crianças estão ainda em fase de construção cognitiva, o que faz com que criem significações diferentes para determinados acontecimentos, criando maiores expectativas e gerando aprendizados e traumas que ficarão marcados em sua história para sempre.

As crianças são parte da sociedade e, por assim dizer, não podem escapar do modelo social em que vivem. Dessa forma, observa-se também em ambas as campanhas a tentativa de individualizá-las uma vez que são esquecidas pelas políticas sociais e passam anos sem serem lembradas, servindo apenas como números de estatísticas, sem rostos e sem nomes. E assim, a partir do momento em que desfilam ou são expostas em fotos em um site que se assemelha a um aplicativo

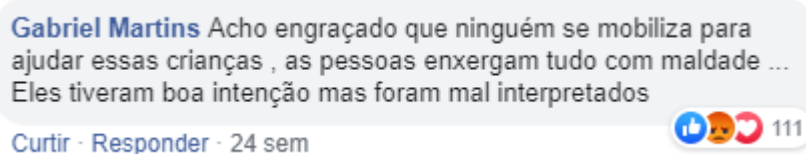
de relacionamentos como o Tinder, pode-se concluir que há a intenção de mostrar que estas crianças são únicas e que apesar de estarem na fila de adoção, possuem sonhos e expectativas assim como qualquer outra criança ao redor do planeta. Porém, como visto no início do trabalho por meio dos autores Chauí (2015), Durkheim (1999) e Bauman (2001), o indivíduo nada mais é do que um ser controlado pelas leis sociais estabelecidas pelo homem. Assim, as crianças também estariam dispostas a esta força social que, sem que percebam, as influenciam em sua formação cognitiva. Dessa forma, ao invés de acreditarem num futuro possível sem uma família, são constantemente levadas a acreditar que talvez a sua vida só faça sentido se um dia alguém as escolherem como filhos e filhas.

A exposição destas crianças e a maneira como isto foi feito nos casos analisados tem efeitos diferentes sobre suas identidades. Para aquelas participantes do desfile, talvez o fato de não serem escolhidas mesmo que tenham se maquiado e se arrumado para o evento, como exposto pela psicóloga infantil Melissa, entrevistada pelo Fantástico, se torne motivo para se culpabilizar ainda mais pelo abandono. Isto porque, segundo a psicóloga, crianças em abrigos já possuem em sua maioria autoestima baixa e esta exposição pode reforçar ainda mais a sensação de não serem suficientes para serem adotadas. Ao mesmo tempo, imagina-se que grande parte das crianças expostas pela campanha “adote um boa-noite” tenham acesso à internet e assim, o acesso delas ao site da campanha poderia gerar o sentimento de insegurança, visto que ao visitar a página, elas podem perceber que outras crianças já não encontram-se mais disponíveis pela falta da foto no site, ou pode fazer com que se sintam como as crianças da outra campanha que, apesar de expostas para o país, ainda assim não foram escolhidas por ninguém.

Em ambos os casos notamos a presença da valorização dos interesses dos adotantes, em que eles são as pessoas que escolhem as crianças por quem se interessam por meio de uma imagem superficial. Mas, como seria se fosse exatamente o contrário e as crianças fossem as responsáveis por escolher sua família em um site ou desfile? Claramente não temos como responder a esta questão, visto que um cenário como este é completamente utópico, uma vez que o modelo social em que vivemos excluiu as crianças da história, como visto nos capítulos anteriores do trabalho.

Por meio da análise dos comentários do post do Facebook escolhido para a aplicação da pesquisa, entende-se que a maioria das pessoas é contrária a exposição das crianças, assim como inúmeras entidades criticaram a ação, conforme mostrado na reportagem do Fantástico. Porém, pouco se pergunta de que maneira estas crianças poderiam obter maior visibilidade. Algumas pessoas em seus comentários chegam a indagar sobre a questão, como mostra a Figura 16, mas são a minoria. Nesse sentido, vale pensar a opinião pública como um artifício que gera indagações sociais que levam a mudanças efetivas, mas também pode ser apenas uma demonstração pontual de descontentamento com determinado acontecimento e que não levará a população a efetivamente lutar por mudanças.

Figura 15 – Comentário Facebook sobre a campanha Adoção na Passarela



Fonte: BBC News (2019)

Assim, apesar da grande exposição das crianças agora também nas redes sociais, por meio de notícias, não existiu um apelo para transformação do sistema de adoção. Ao contrário, observou-se um grande esforço coletivo em criticar a ação realizada no shopping de Curitiba, enquanto a campanha do Estado de São Paulo não teve tanta visibilidade midiática. Além disso, nitidamente a adoção não é um tema presente com frequência nas programações das grandes emissoras, visto que é um tema envolto de mitos para grande parte da população que ainda acredita ser motivo para a fila de espera a raça ou etnia das crianças em abrigos.

A adoção está envolta de grandes mitos e estereótipos, que são revestidos pela baixa discussão social sobre o tema, que também envolve diversos outros pontos que devem ser abordados quando da sua problematização, como a qualidade da educação, a falta do olhar sobre aqueles adolescentes que completarão 18 anos e não terão para onde ir quando saírem do abrigo, adolescentes estes que não possuem as mesmas chances daquelas crianças que puderam estudar em escolas particulares ou de conviver em um ambiente social estável.

O papel da comunicação pública nestes casos deve ser cuidadoso, de maneira que exponha o tema sem romantizá-lo, já que a adoção é um problema público e não apenas um ato que deve ser considerado bonito por quem vê de fora. Estas crianças estão realmente posicionadas num ambiente em que não se sabe ao certo o que fazer para dar a visibilidade necessária para que sejam adotadas, como podemos ver com os exemplos das campanhas. O papel da comunicação deve ser então de nos fazer pensar (MARCONDES, 2010). Para o autor (MARCONDES, p. 10), a comunicação, além de nos fazer sentir também nos faz pensar, ou nos força a pensar a partir do momento que nos faz refletir sobre o contexto em que determinada coisa está acontecendo.

A adoção, por assim dizer e como visto nas campanhas, gera grandes efeitos na opinião pública que, com base no conceito de Lippmann (2008), é moldada pela média das opiniões individuais que por sua vez, serão definidas não pelo próprio indivíduo, mas pela pressão social que este sofre ao longo de sua vida. É necessário então que, ao tratar do tema, os profissionais de comunicação se atentem principalmente ao fato de que este envolve muito mais assuntos do que simplesmente a adoção em si, pois engloba temas ligados diretamente à educação e saúde pública da população.

Para os profissionais de relações públicas, o estudo de casos como os analisados acima pode se mostrar de grande valia, uma vez que interpretadas as reações dos públicos em ações já existentes é possível a criação de campanhas muito mais assertivas e que não coloquem as crianças em uma posição tão vulnerável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agora, com base em todos os aspectos apresentados ao longo do trabalho, podemos refletir sobre a real situação das crianças que se encontram em abrigos aguardando pela possibilidade de serem adotadas antes dos 17 anos, idade máxima permitida para permanência nos locais de acolhimento.

Diante das análises realizadas na pesquisa, percebe-se que as campanhas voltadas para a adoção tardia se baseiam principalmente em apresentar a imagem das crianças para os pretendentes, o que demonstra o prevalecimento dos interesses dos adotantes em detrimento das reais necessidades das crianças. É claro que não podemos olhar apenas os vieses negativos das campanhas, que, por fim, começam a mostrar a existência dessas crianças que foram invisíveis durante muito tempo. Porém, o fato de denotar certa individualidade ao invés de apresentá-las como números e estatísticas, também pode gerar traumas irreversíveis. Isso porque estas crianças, em sua maioria, já possuem um histórico de rejeição em sua vida, motivo de sua chegada ao abrigo e, participar de ações que expõe sua imagem de maneira superficial pode gerar expectativas que na maioria dos casos não serão cumpridas, uma vez que estas crianças encontram-se na faixa menos desejada pelos adotantes, como foi exposto ao longo do capítulo 3.

Compreende-se também que a comunicação e, ainda mais, que as relações públicas, possuem um papel fundamental em processos que priorizam assegurar o bem-estar social de grupos vulneráveis, principalmente na realização de campanhas de visibilidade. A comunicação tornou-se essencial para as práticas mercadológicas e para o exercício da cidadania e é imprescindível que caminhe ao lado dos Direitos Humanos para viabilizar o acesso de todas as camadas sociais a qualquer tipo de espaço.

O trabalho girou em torno de uma perspectiva sociológica de que o ser humano está inerte em processos que ele mesmo desconhece e nem ao menos percebe estar submetido. Dessa forma, entende-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido, principalmente em um país onde direitos fundamentais de existência são negados à grande parte de sua população que é incapaz de entender os porquês

da fome, da miséria, da violência e do seu próprio esquecimento. A própria desigualdade se tornou um produto para campanhas de marketing, em que as ferramentas utilizadas para vender produtos também são utilizadas para expor pessoas. Porém, se não fosse assim, talvez nem ao menos soubéssemos da existência de tamanhas injustiças disfarçadas sobre o pretexto da meritocracia.

Sendo assim, assume-se que a educação é a único meio capaz de transformar efetivamente realidades. Apenas a educação tem a capacidade de libertar os seres humanos dos estigmas criados por ele mesmo. E assim, quando nenhuma criança precisar abrir mão do seu direito a uma infância saudável, estaremos todos a salvo.

REFERÊNCIAS

ABRAMINJ. Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil emite nota de apoio ao Desfile da Adoção. **ABRAMINJ**, 2019. Disponível em: <http://www.abraminj.org.br/noticia.php?id=2626>. Acesso em: 1 out. 2019.

AGUIAR JUNIOR, Valdinei Santos de; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de. A importância histórica e social da infância para a construção do direito à saúde no trabalho. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 271-285, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v26n1/1984-0470-sausoc-26-01-00271.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

ALMEIDA, Ronaldo de. Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica. In: **Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo**. São Paulo: Sesc, 2016. p. 60-72.

ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara S. A., 1981.

ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BALDISSERA, Rudimar; SÓLIO, Marlene Branca. Relações Públicas: processo histórico e complexidade. **Revista Conexão**, Caxias do Sul, v. 4, n. 7, p. 87-101, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/169/160>. Acesso em: 20 set. 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BBC NEWS BRASIL. **Post do Facebook sobre a campanha Adoção na Passarela**. Facebook: BBC News Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top/?q=ado%C3%A7%C3%A3o%20na%20passarela%20>. Acesso em: 15 set. 2019.

BERLO, David K. **O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 13 jul. 2019.

CABALLERO, Cecília. A gênese da exclusão: o lugar da mulher na Grécia antiga. **Revista Sequência**, Florianópolis, v. 20, n. 38, p. 125-134, jul. 1999. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15515/14071>. Acesso em: 22 set. 2019.

CASEMIRO, Poliana. Excursão de escola pública é barrada em shopping de SP e educadora diz que houve discriminação, **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2019/03/20/excursao-de-escola-publica-e-barrada-em-shopping-de-sp-e-educadora-acusa-discriminacao.ghtml>. Acesso em: 1 set. 2019.

CHAUÍ, Marilena. **O ser humano é um ser social**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

_____. **Marilena Chauí, o Neoliberalismo e a Meritocracia**. 2017. Video. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0P3owEhJHRY>. Acesso em: 18 set. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Cadastro Nacional da Adoção**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>. Acesso em: 24 set. 2019.

CORRÊA, Douglas. **Rio de Paz faz homenagens às 57 crianças mortas por balas perdidas**. Rio de Janeiro: Agência Brasil, 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-09/rio-de-paz-faz-homenagens-57-criancas-mortas-por-balas-perdidas>. Acesso em: 27 set. 2019.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1964.

ESTEVES, João Pissarra. Sobre a Opinião Pública que já não o é – ao ter deixado de ser propriamente pública e também uma opinião. **Intexto**, Porto Alegre, n. 34, p. 276-293, set./dez. 2015.

ETHNOLOGUE. **Languages of the world**. 2019. Disponível em: <https://www.ethnologue.com/>. Acesso em: 9 out. 2019.

FANTÁSTICIO. **Desfile com crianças à espera de adoção gera polêmica**. 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7644886/>. Acesso em: 27 jul. 2019.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. **Educação pré-escolar e cultura**. São Paulo: Cortez, 2002.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 117, p. 142-168, jan./mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000100009. Acesso em: 15 jul. 2019.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2019**, São Paulo, ano 13, 2019. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 24 out. 2019.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da infância e adolescência no Brasil 2019**. São Paulo: Fundação Abrinq, 2019. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2019-05/cenario-brasil-2019.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.

GOULART, Matheus Fontella; TEIXEIRA, Isadora Severo; KEGLER, Jaqueline Kegler. Samarco Mineradora S.A. e o desastre em Mariana: (I)rresponsabilidade Social e falhas comunicacionais. **Intercom**, Curitiba, 2017. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0915-1.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero: notas técnicas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas metodologicas.html?loc=0](https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0). Acesso em: 11 out. 2019.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua trimestral**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#resultado>. Acesso em: 20 ago. 2019.

JORGE, Dilce Rizzo. Histórico e aspectos legais da adoção no Brasil. **Revista Brasil Enfermagem**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 11-22, 1975. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v28n2/0034-7167-reben-28-02-0011.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel (Org). **Infância: fios e desafios da pesquisa**. São Paulo: Papirus, 2003.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Relações Públicas na gestão estratégica da comunicação integrada nas organizações. In: **Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 186-208.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. Elementos Estáticos da teoria política de Augusto Comte: as pátrias e o Poder Temporal. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 23, nov. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000200007. Acesso em: 15 set. 2019.

LEMONS, Vinicius. Adoção na passarela: o desfile de adolescentes que gerou revolta nas redes. **BBC News Brasil**, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral->

[48374660?ocid=socialflow_facebook&fbclid=IwAR10dWUdtZar8eUJVBv2we0HcGD8D8IoPEGqkedpvudMJYM14ItPGroFXpk](https://doi.org/10.1590/1807-0109?ocid=socialflow_facebook&fbclid=IwAR10dWUdtZar8eUJVBv2we0HcGD8D8IoPEGqkedpvudMJYM14ItPGroFXpk). Acesso em: 15 jul. 2019.

LINK, Rogério Sávio. A prática de adoção de crianças indígenas no final do século XIX: o caso dos Apurinã. **Revista Fronteiras**, Mato Grosso do Sul, v. 18, n. 32, p. 268-285, jul./dez., 2015. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/5837/2982>. Acesso em: 23 ago. 2019.

LIPPMAN, Walter. **Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MÃES sociais cuidam de crianças e adolescentes que vivem em abrigos da região, **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2019/11/02/maes-sociais-cuidam-de-criancas-e-adolescentes-que-vivem-em-abrigos-da-regiao.ghtml>. Acesso em: 3 set. 2019.

MARCONDES, Ciro. **O princípio da razão durante**. São Paulo: Paulus, 2010.

MARQUES, Pablo. Acesso à internet cresce e 7 em cada 10 brasileiros estão conectados. **R7**, 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/acesso-a-internet-cresce-e-7-em-cada-10-brasileiros-estao-conectados-28082019>. Acesso em: 12 set. 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 – 1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

NASCIMENTO, Claudia Terra do; BRANCHER, Vantoir Roberto; OLIVEIRA, Valeska Fortes de. A construção social do conceito de infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas. **Revista Contexto & Educação**, Rio Grande do Sul: Unijuí, n. 79, p. 47-63, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/380426735/A-Construcao-Social-do-Conceito-de-Infancia>. Acesso em: 10 out. 2019.

_____. A construção do conceito de infância: uma tentativa de reconstrução historiográfica. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 4-18, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1394/1191>. Acesso em: 28 set. 2019.

NASSAR, Paulo. **Relações Públicas**: a construção da responsabilidade histórica. Rio de Janeiro: Senac, 2012.

NUNES, Isaias Barbosa. **O trabalho infantil na revolução industrial inglesa**: uma contribuição ao trabalho docente na sétima série. Curitiba: Programa de Desenvolvimento Educacional, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1397-8.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

OLIVEIRA, Maria José da Costa. Comunicação pública e as estratégias de relações públicas nas alianças intersensoriais. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 466-484.

PAIVA, Leila Dutra de. **Adoção: significados e possibilidades**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PEREIRA, Paulo José; OLIVEIRA, Maria Coleta Ferreira Albino de. **Adoção de crianças e adolescentes no Brasil: sua trajetória e suas realidades**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó, 2016. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_74.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Relações Públicas nos movimentos sociais e nas “comunidades”: princípios, estratégias e atividades. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 417-434.

PONTES, Andrea Mello. O tabu do incesto e os olhares de Freud e Levi Strauss. **Trilhas**, Belém, ano 4, n. 1, p. 7-14, jul. 2004. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dezembro2013/sociologia_artigos/pontes_artigo.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

PORTAL O PLANETA TV. Confira as audiências consolidadas de domingo, **R7**, 2019. Disponível em: <https://oplanetatv.clickgratis.com.br/noticias/audiencia-da-tv/confira-as-audiencias-consolidadas-de-domingo-26-de-maio.html>. Acesso em: 13 out. 2019.

PROFISSÃO REPÓRTER. **Adoção tardia**. 2017. Vídeo. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6146915/>. Acesso em: 12 jul. 2019.

SEGER, Dayanne Dokhorn. Entre Ideologia e Representação: novos olhares sobre as mulheres atenienses. **Revista Cantareira**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 22-41, jan./jul. 2015. Disponível em <https://www.historia.uff.br/cantareira/v3/?p=1980>. Acesso em: 21 ago. 2019.

SENADO FEDERAL. Adoção: mudar um destino. **Revista em Discussão**. Brasília, n. 15, maio 2015. Disponível em: http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/upload/201302%20-%20maio/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_maio_2013_internet.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019

STEFFEN, Ana Maria Walker Roig. Teoria e Prática: uma relação dissonante em Relações Públicas no Brasil do Século XX. In: MOURA, Claudia Peixoto (Org). **História das relações públicas: fragmentos da memória de uma área**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/historiarp.pdf>.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário brasileiro da Educação Básica**. São Paulo: Moderna, 2019.

SETUBAL, Neca. A tarefa urgente de melhorar as condições dos jovens vulneráveis. *In: Educação em debate*: um panorama abrangente e plural sobre os desafios da área para 2019-2022 em 46 artigos. São Paulo: Moderna, 2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. **Adote um boa-noite**. 2017. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/AdoteUmBoaNoite>. Acesso em: 14 jul. 2019.

TUZZO, Simone Antoniaci. **Deslumbramento coletivo**: opinião pública, mídia e Universidade. São Paulo: Annablume, 2005.

VELASCO, Clara. Em 10 anos, Brasil ganha mais de 1 milhão de famílias formadas por mães solteiras. **G1**, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/em-10-anos-brasil-ganha-mais-de-1-milhao-de-familias-formadas-por-maes-solteiras.ghtml> Acesso em: 21 ago. 2019.

WE ARE SOCIAL. **Digital in 2019**. 2019. Disponível em: <https://wearesocial.com/global-digital-report-2019>. Acesso em: 9 out. 2019.

WERNECK, Mariza Martins Furquim. O trabalho do mito: diálogos entre Freud e Lévi-Strauss. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 64, n. 1, jan. 2012. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252012000100017. Acesso em: 16 set. 2019